

Josemir Camilo de Melo

1924-2024
**CENTENÁRIO DO PRÉDIO
DO GRUPO ESCOLAR
SÓLON DE LUCENA / FURNE / MAAC**





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz (*Reitora*)

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca (*Vice-Reitora*)



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa (*Diretor*)

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (*UEPB*)

Alberto Soares de Melo (*UEPB*)

Antonio Roberto Faustino da Costa (*UEPB*)

José Etham de Lucena Barbosa (*UEPB*)

José Luciano Albino Barbosa (*UEPB*)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (*UEPB*)

Patrícia Cristina de Aragão (*UEPB*)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral (*Design Gráfico e Editoração*)

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes (*Design Gráfico e Editoração*)

Leonardo Ramos Araujo (*Design Gráfico e Editoração*)

Elizete Amaral de Medeiros (*Revisão Linguística*)

Antonio de Brito Freire (*Revisão Linguística*)

Danielle Correia Gomes (*Divulgação*)

Efigênio Moura (*Comunicação*)

Eli Brandão da Silva (*Assessoria Editorial*)

Thaise Cabral Arruda (*Assessoria Técnica*)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Josemir Camilo de Melo

1924-2024
**CENTENÁRIO DO PRÉDIO
DO GRUPO ESCOLAR
SÓLON DE LUCENA / FURNE / MAAC**



Campina Grande-PB | 2025

CONSELHO DIRETOR DA FURNE

Carlos Antônio Farias de Souza / *Presidente*

Carlos Alan Peres da Silva / *Vice-Presidente*

Francisco Luiz de Oliveira / *Secretário*

Fernando José Torres Barbosa

Hércules Laffite de Lanfontaine

José Ataíde da Silva

Walber Santiago Colaço

Yara Macedo Lira

Maria Salete Vidal da Silva

Fernando Antônio Campos

Fabiana de Almeida Araújo

Cláudio Simão de Lucena Neto

Jonábio Barbosa dos Santos

Yêda Silveira Martins Lacerda

Gypson Dutra Junqueira Ayres

CONSELHO FISCAL DA FURNE

José Faustino dos Santos

Suênia dos Santos Silva

Danielle Patrícia Guimarães Mendes

TEXTO

Josemir Camilo de Melo

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

M528m Melo, Josemir Camilo de.

1924-2024 [recurso eletrônico] : centenário do prédio do Grupo Escolar Sólón de Lucena / FURNE / MAAC / Josemir Camilo de Melo ; apresentação de Marcus Vinicius Dantas de Queiroz. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.

121 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5221-074-6 (Impresso)

ISBN: 978-65-5221-073-9 (21.300 KB - PDF)

ISBN: 978-65-5221-077-7 (12.100 KB - Epub)

1. Arquitetura Histórica. 2. Patrimônio Público. 3. Grupo Escolar Solón de Lucena / FURNE / MAAC. 4. Monumento Histórico. 5. Monumento Centenário. I. Título.

21. ed. CDD 727

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

“(...) nós estávamos entregando um patrimônio enorme por um prédio que nós não poderíamos nunca destruir, que era o primeiro grupo escolar da cidade”.

(Edvaldo do Ó, vol. II, 1994, p.31).



Sólton Barbosa de Lucena (Bananeiras, 1877 — 1926).

Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande (Apud SILVA, 2017, p.46).



“Ao Dr. Sólón Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, a quem deve a construção desse Templo de Saber e Civismo. (Campina Grande) Nesse mármore eterniza o seu reconhecimento. I-X-MCMXXIV”. Placa em mármore existente na entrada do prédio, datada de 1 de outubro de 1924.

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	12
<u>I PARTE</u>	
O GRUPO ESCOLAR SÓLON DE LUCENA: HISTÓRICO DO PROJETO ESTADUAL E DE SUA CONSTRUÇÃO	17
<u>II PARTE</u>	
O PRÉDIO DO SÓLON DE LUCENA COMO SEDE DA ESCOLA POLITÉCNICA E DA FUNDACT	58
<u>III PARTE</u>	
O PRÉDIO DO SÓLON DE LUCENA COMO SEDE DA URNE/ FURNE A CRIAÇÃO DA URNE E DA FURNE	66
<u>IV PARTE</u>	
O TOMBAMENTO, O VALOR PATRIMONIAL DO PRÉDIO	74
<u>V PARTE</u>	
O PRÉDIO DO ANTIGO SÓLON DE LUCENA COMO SEDE DO ACERVO DO MUSEU DE ARTE ASSIS CHATEAUBRIAND – MAAC	79

FONTES E REFERÊNCIAS	98
APÊNDICES	107
ANEXOS	112

APRESENTAÇÃO

O prédio da FURNE, antigo Grupo Escolar Sólon de Lucena, foi projetado pelo arquiteto italiano Hermenegildo Di Lascio e inaugurado em 1924. O edifício é de um momento que nós chamamos de ecletismo. Essa arquitetura foi comum entre o final do século XIX e começo do século XX, e representou os avanços da recente sociedade urbana e industrial. Muitos materiais de construção passaram a ser fabricados em série, principalmente na Europa e depois nos Estados Unidos, e importados por países como o Brasil: tijolos, telhas, vidros, elementos de ferro, móveis, papéis de parede etc. Diferente do passado, em que cada época tinha uma arquitetura ou um estilo específico (gótico, renascimento, barroco etc.), o período do Ecletismo foi marcado pela existência de vários estilos convivendo ao mesmo tempo (neogótico, neobarroco, neoclássico) ou de vários estilos convivendo em um mesmo edifício. Daí, pela falta de uma coerência formal, muitos teóricos não se referem ao Ecletismo como um “estilo”, mas como um momento ou uma manifestação da arquitetura, datada do final do XIX e começo do XX.

Sobre o prédio da FURNE, em específico, digo que ele possui uma predominância de formas do classicismo greco-romano (simetria, frontão, entablamento, colunas dóricas, marcação imitando pedra nas esquinas) com a adição de elementos decorativos típicos do período (pináculos e leques na platibanda, ornamentos nos

frontões). É um edifício, portanto, eclético, com predominância do classicismo. Para o contexto local, representou uma modernização dos aspectos construtivos, já comuns em cidades como João Pessoa, mas raros por aqui. Certamente, sua concepção foi influenciada pela formação/vivência do autor do projeto na Itália. Isso foi comum entre os imigrantes que vieram para o Brasil entre o XIX e o XX. Marcus Vinicius Dantas de Queiroz, autor de “Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação, 1930–1950”. (EDUFPG, 2016).

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz

INTRODUÇÃO

O CENTENÁRIO DO PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR SÓLON DE LUCENA / FURNE 1924-2024

Em 2024, Campina Grande comemora o centenário da construção e inauguração do primeiro Grupo Escolar estadual do município, que recebeu o nome de Grupo Escolar Sólon de Lucena. O imóvel hoje pertence à Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FURNE), hospeda sua sede administrativa, em bloco anexo, e o acervo do Museu de Arte Assis Chateaubriand com equipamentos e sala de restauro, expografia exposição permanente em sua galeria.

O prédio surgiu dentro de uma panorâmica histórica de um desenvolvimento econômico aos saltos – produção e exportação algodoeira, e ferroviária, mas mantendo um certo atraso na urbanização, em que até seu centro não possuía calçamento. Em 1924, Campina Grande daria um passo importante, ao receber a primeira escola estadual para crianças, o Grupo Escolar Sólon de Lucena.

No aspecto político, a cidade estava radicalmente dividida, com seus políticos entre os simpatizantes do epitacismo, representado pelo prefeito nomeado, Cristiano Lauritzen, e os partidários da oposição, herdeiros de Afonso Campos e João Lourenço Porto, com o Dr. Irineo Joffily (filho) e, do outro lado, os deputados Ernani Lauritzen e Generino Maciel. A cidade, nos diz o cronista

Epaminondas Câmara, tinha cerca de 2.486 casas. Em janeiro de 1924, se começou a demolição do Comércio Velho que pertencera à família Baltazar de Almeida Luna (filho do fundador) e concentrava o polo da feira quando funcionava no Largo da Matriz (trecho, hoje, da Floriano Peixoto, que englobava da matriz/catedral até o fim da Rua Grande/Maciel Pinheiro, onde está hoje o prédio da FURNE, numa esquina, e o do antigo Grande Hotel/Prefeitura Municipal, noutra). A demolição do imóvel obedecia à política do governo estadual de expandir a educação básica e, ali, seria construída uma escola.

O Mercado Velho fora construído por Baltazar Gomes Pereira Luna, genro do capitão-mor Bento José Alves Viana, em 1826, numa encruzilhada de estradas, como narrou Epaminondas Câmara: “(...) uma casa de mercado para cereais no Largo da Matriz, no declive ao poente onde bifurcavam-se as estradas do Seridó (rua Grande/ Maciel Pinheiro) e das Queimadas (trecho, hoje da Floriano Peixoto em direção ao açude novo). Para o pátio, em frente ao mercado foi mudada a feira que ainda se realizava na alpendrada”. (CÂMARA, 1947, p. 33; PIMENTEL, 1958, p.116).

O mercado predominou pelo resto do século XIX, só encontrando rival quando chegou o pernambucano Alexandrino Cavalcanti e se instalou, vindo a se tornar sogro de Cristiano Lauritzen e fundando o seu próprio mercado na rua Grande (Maciel Pinheiro). Nas refregas políticas, proprietários dos dois mercados, em partidos antagônicos, arrastavam a feira para seus domínios, até o fim da década de 1930.

O dinamarquês, naturalizado brasileiro, Cristiano Lauritzen, o prefeito nomeado por mais tempo na história campinense, havia falecido em novembro de 1923, sendo nomeado como subprefeito o senhor José Ferreira de Melo, até que em maio o governador Sólón de Lucena nomeou o deputado Ernani Lauritzen, filho do

prefeito falecido, para o cargo de prefeito. Abdicava, assim, o deputado campinense seu mandato estadual. Enquanto isso, a obra do prédio escolar ia em todas as marchas, pelo andar da carruagem ou a todo vapor, a gosto do leitor, ou a toque de caixa, já que o folclore é rico nessas expressões de marcação de tempo.

A FURNE, originalmente Fundação Universidade Regional do Nordeste, até 1987, honrando seu passado, assumiu as celebrações pelo centenário desse prédio, inaugurado como Grupo Escolar, em 1924. Mantém, assim, o compromisso com a memória da educação na Paraíba, pois o prédio, depois do seu destino da educação básica, passou à sede da Escola Politécnica da Paraíba, sede da fundação municipal, FUNDACT, e de sua sucessora, a FURNE, ao mesmo tempo ocupando as dependências do prédio como Reitoria da Universidade Regional do Nordeste e a parte administrativa da FURNE. Em seguida, passou o imóvel, a servir à reitoria da Universidade Estadual da Paraíba e retornando a ser a sede da FURNE, sob sua nova missão: Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, bem como sede permanente do Museu de Arte Assis Chateaubriand.

O presente livro resulta da pesquisa histórica que se desenvolveu em arquivos da capital, já que o edifício fora construído pelo governo do Estado em 1923/4, dentro de sua política de renovar o programa de ensino nas escolas fundamentais. Foram visitados os acervos do IPAHEP, quanto ao processo de tombamento do prédio; visitamos o Arquivo do Espaço Cultural, onde pesquisamos documentos oficiais sobre a construção (a caixa – CX 1924), pelo que agradecemos ao senhor João Pedro. No Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, consultamos exemplares da Revista Era Nova (1924) das quais tiramos fotos, mas que, devido à baixa resolução do celular, preferimos reproduzir, em geral, as fotos que se encontram na dissertação de mestrado em Educação, pela UFPB e

o subsequente livro da professora fagundense Vívía de Melo Silva “Grupo Escolar Sólon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande–PB”. Usamos as duas versões, algumas citações e referências com relação à autora podem estar com referências diferentes, pois alguns documentos que fazem parte da sua dissertação (2009) não foram reproduzidos na edição do livro (2017), como os apêndices.

Agradeço à disponibilidade da mestra Vívía de Melo Silva pela conversa agradável no recinto do Campus da UFPB, e ler não só sua dissertação, mas o valoroso livro editado pela UEPB, em 2017. Além desse momento, mantivemos diálogos proveitosos nas redes sociais, e agradeço pessoalmente pela doação do seu belo exemplar, aqui exaurido, linha a linha, página a página. Eu diria que esse exemplar, que o leitor tem em mãos, é metade do livro de Vívía de Melo Silva.

Agradeço, também, aos que dialogaram comigo sobre o assunto: a Cleonice Agra do Ó, professora aposentada da UEPB; Luís Gonzaga de Sousa, professor e economista (UFCEG); Carlos Roberto de Medeiros, analista de TI da UFCEG; Rosilene Dias Montenegro, professora, historiadora, criadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia da UFCEG. Agradecimentos especiais ao professor Marcus Vinícius Dantas de Queiroz, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCEG e autor do livro mais belo sobre Campina Grande (ver Bibliografia), pela recepção e entrevista informal sobre o material já colhido, bem como a sua equipe da disciplina THAUIII: Gabriel Matheus da Silva, Nathalia Clianny Silva Souza e Flávia Renale Marques Silva, pela cessão dos desenhos das fachadas do prédio. Agradecimentos, também, a José Edmilson Rodrigues Pereira, mestre em Literatura, poeta e membro da Academia de Letras de Campina Grande, pela cessão de cópias do Anuario de Campina Grande. Agradecemos, aqui,

à professora Celênia (Dantas) de Souto Macedo pela informação que nos forneceu sobre a antiga professora do Sólón de Lucena, Celênia Dantas Pires Ferreira.

Agradecimentos vão também para a arquivista do IPAHEP, Rosane Lacet, que nos recebeu muito solícita, quando pesquisamos a documentação do tombamento do ainda belo e centenário prédio do Grupo Escolar Sólón de Lucena; agradeço ao fotógrafo profissional Júlio César, pelas orientações fotográficas; à Coordenadora do acervo museológico do Museu de Arte Assis Chateaubriand, Fabiana de Almeida Araújo, pelas informações pontuais, tal o carinho com que ela gerencia o MAAC.

I PARTE

O Grupo Escolar Sólon de Lucena: Histórico do projeto estadual e de sua construção



O prédio do primeiro Grupo Escolar no município de Campina Grande foi de propriedade do governo estadual, por sua prerrogativa de administrar o ensino básico naquela época. O imóvel só recebeu o nome de Sólon de Lucena na administração seguinte, a de João Suassuna. Campina Grande passou a ter um dos equipamentos educacionais importantes do Estado dentro da nova política educacional, dando um passo importante, com sua primeira escola estadual para crianças, o Grupo Sólon de Lucena.



Foto da fachada do Grupo Escolar Sólon de Lucena. Relatório do diretor do ensino primário ao secretário do interior e segurança pública, 1934 (*apud* SILVA, 2017, p.79).

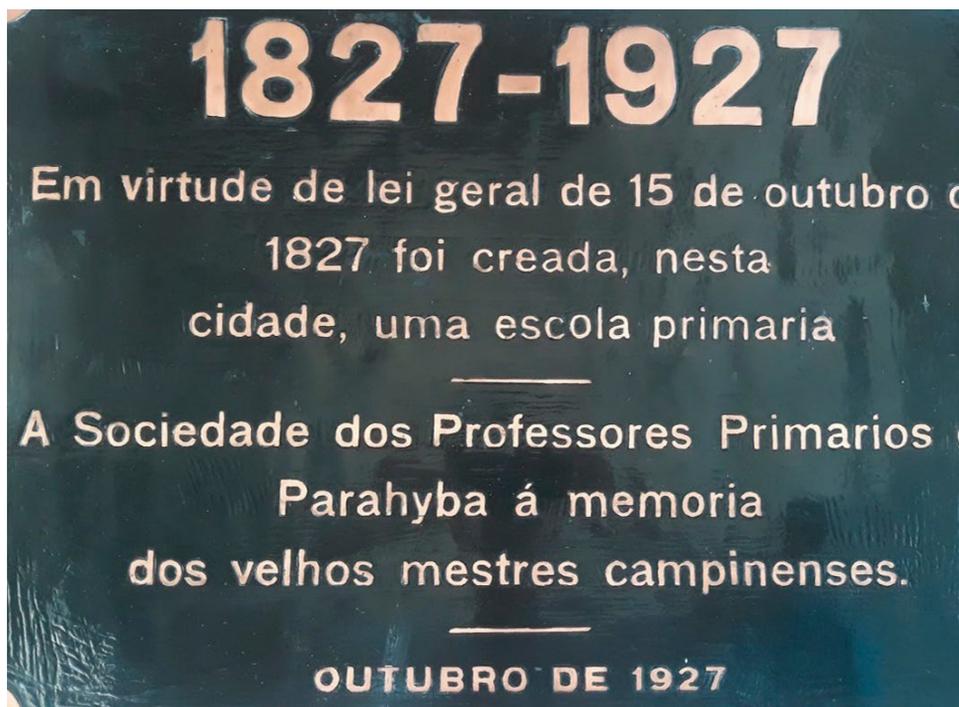


Grupo Escolar Sólón de Lucena (com degraus para fora do edifício). Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande/ do livro “Roteiro Sentimental” de Ronaldo Cunha Lima/ Historiador Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira.

O que havia eram escolas isoladas, masculinas ou femininas, herança desde 1823, quando fora criada na vila de Campina uma cadeira de Latim (CÂMARA, 1947, p. 31), com alterações imperiais, em 1827, quando se estabeleceu o sistema Lancaster de ensino.

Sobre a construção do prédio, naquele local, Epaminondas Câmara deixou registrado em Datas Campinenses: “Foi um erro do governo construir o grupo naquele local. Deveria aproveitar terrenos mais amplos, que os havia tão próximos do centro urbano, e, através da área do mercado demolido, prolongar até a bacia do Açude Velho, a rua Maciel Pinheiro” (1947, p.133, nota 5).

Não se sabe se houve interesse ou pressão dos deputados campinenses para atrair esse investimento para Campina Grande, pois um dos seus filhos, eleito naquele ano, o Dr. Irineo Joffily, já estava na bancada. Para dar uma ideia de importância da cidade, Câmara nos diz que Campina já tinha trem, e sua população crescia bastante e, para isso, mostra números da construção civil, com o registro para aquele ano de cerca de 2.486 casas (1947, p.132).



Placa histórica afixada no hall do prédio do Grupo Escolar/FURNE. Três anos após a inauguração, seu professorado já marcava lugar na história. Foto do autor.

Em outubro de 1923, o presidente da Paraíba, Sólon de Lucena, havia contratado dois arquitetos italianos para a renovação da capital e nomeou um deles, Hermenegildo Di Lascio, da

firma Cunha & Di Lascio, Arquitetos Construtores (que até já tinha publicidade na imprensa), para construir o prédio que seria o primeiro grupo escolar em Campina Grande. Embora não tenhamos encontrado o processo de compra, o lugar escolhido foi onde estava edificado o mercado particular de Baltazar Pereira Luna. Já em 18 de dezembro de 1923, o jornal *A União* divulgou notícias sobre a construção em Campina Grande do prédio para o Grupo Estadual. O ítalo-argentino, Hermenegildo Di Lascio, tinha viajado a Campina Grande, com a finalidade de tomar providências sobre a construção do prédio para o Grupo Escolar, recentemente criado pelo governo.

O imóvel teve sua construção acelerada, como noticiou *A União*, dois meses após, reportando sobre fotos do desenho de fachada e planta baixa e já dava como certo que, em mais um mês, o prédio já seria coberto. Tal pressa se dera não só pelo fim do mandato, mas por causa da saúde do presidente do Estado, a ponto de o edifício ser concluído em um ano, ou mais exatamente em nove meses. Desde o começo, a marcha das obras foi acelerada, (*A UNIÃO*, 12/03/1924, p.01, *apud* SILVA, Op. Cit., p.69 e 70).

Hermenegildo Di Lascio (1884–1957) era um arquiteto italiano, formado na Argentina, onde morava e havia sido contratado, anteriormente, pelo presidente do Estado Camilo de Holanda, em 1916, para a reforma urbana da capital. Hermenegildo tinha um parente, o italiano Pascoal Fiorilo, formado na Itália, radicado então no Recife. Foram esses os contratados (*A União*, 18 de dezembro de 1923, p.2; PEREIRA, 2008, p.25–18). Além desses, viria a morar na Paraíba o italiano Giuseppe Gioia que, depois de morar na capital, mudou-se para Campina Grande. Reis Filho, ao analisar o estilo que Di Lascio empregaria, o neoclássico de província, diz que nesse estilo, se importavam os materiais; parece que, em nosso caso, o que se importou foi o próprio arquiteto (1970, p.156).

Havia como um quê de endeusamento à vanguarda italiana do pós-guerra na Paraíba, desde que a Itália se tornara a preferida viagem ao estrangeiro, entre tantas, de Epitácio Pessoa, entre os dois casamentos e sua presidência. Repercutia na Paraíba, desde 1915, sua influência, sendo seguido pelos presidentes de província. Conviveu com o rei Victor Emanuel II e assistiu a ascensão do fascismo. Mesmo fora já da presidência, continuou suas visitas, como, em 1922, a Gênova, com declarações positivas ao regime fascista. Daí, os presidentes da Paraíba terem essa inclinação pelos arquitetos italianos.

Além dos dois arquitetos, conta-se também com o jornalista católico pernambucano Antônio Fasanaro, com crônicas nas páginas de Era Nova, que destacava a aproximação do *Duce* com a Igreja. Também visitou a Paraíba o escritor e jornalista Francesco Bianco, autor do livro *“Il Paese dell’Avvenire”*, sobre o Brasil; ele que convivera com Epitácio Pessoa e família por longos meses em 1924. Uma reportagem sobre ele foi divulgada na revista ABC do Rio (Anno X; nº489, de 19/7/1924), onde há uma reportagem sobre o eleito João Suassuna (escrita por Carlos Dias Fernandes). Bianco visitou Campina Grande, acompanhado do presidente eleito João Suassuna: “2 de julho – Chegou da capital do Estado o Dr. João Suassuna, eleito presidente do Estado, sendo recebido sob entusiástica manifestação; viera acompanhado do escritor italiano, comendador (italiano) Francisco Bianco” (SILVA FILHO, 2005, p. 134).

Di Lascio veio de Buenos Aires, onde trabalhava para a firma Construtora Di Lascio e Fava, trazido por um parente, o italiano Pascoal Florentino, radicado no Recife. À época, as obras públicas ainda eram arrematadas em leilão público, e Di Lascio, na Paraíba, se associou ao paraibano Avelino Cunha na firma Cunha & Di Lascio; posteriormente, foi contratado pelo governo do Estado e

ficou conhecido na capital pelas obras das praças Aristides Lobo e Pedro Américo (MELLO, 2006, p.108). Foi responsável ainda pela construção da Escola de Aprendizes Artífices e os grupos escolares Antônio Pessoa e Isabel Maria das Neves, entre 1919 e 1921, e o prédio da Academia de Comércio Epitácio Pessoa, com abóbada em taipa ripada (hoje demolido). Em Campina Grande, ainda projetou o matadouro público.

Na capital, Di Lascio construiu o prédio dos correios (1926), Hospital S. Vicente de Paula, Abrigo de Menores Jesus de Nazaré e a Praça da Independência, com o inusitado coreto em estilo eclético, com detalhes de colunas toscanas, as mesmas do GE Sólon de Lucena. Em *art nouveau*, no deixou a Loja Maçônica Branca Dias e o prédio da Associação Comercial, além de ter deixado suas marcas até Cabedelo, onde chegou a ser diretor do porto. Faleceu em 1957, aos 73 anos, em João Pessoa, tendo ocupado vários cargos importantes na capital, como presidente da Associação Comercial e de clubes como Astréa e Cabo Branco, vice-cônsul da Itália e delegado da Cruz Vermelha (MELLO, 2006, p.106-114).

A construção do edifício

Para se ter uma ideia do que esse prédio provocava, basta ver como, na década de 1920, Campina ainda se arrastava entre o agromercantil e a presença do trem, mas ainda limitada em seu pequeno centro de três largos: da matriz, do Rosário e do algodão (Marquês do Herval).

O núcleo urbano de Campina, no começo da década de 1920, era muito limitado, a ponto de o agrimensor Eurípedes Oliveira, a pedido da prefeitura em 1920, abrir um caminho para o gado fora do centro, pelo mato, “ponta de rua”, como se dizia, o que é hoje a Avenida Getúlio Vargas. Em outro depoimento, diz que,

em 1924, para evitar que boiadas passassem pelo Largo da Matriz, esse técnico abriu outro caminho, a pedido do prefeito Ernani Lauritzen, que hoje é a rua Tavares Cavalcanti (NASCIMENTO, 2005, p. 70 e 80). Gado e algodão formavam a base rural do capital agromercantil da cidade. O Anuário de Campina Grande, lançado em 1925, informava que o município enviava 250 mil sacas de algodão pela *Great Western of Brazil Railway*, e que tinha 340 estabelecimentos comerciais, sendo 40 deles grandes. A ideia de urbanização não chegava ainda a Campina Grande.

A mestre em educação, Vívica de Melo Silva (2017), analisa o histórico da construção do imóvel e a implementação da unidade escolar, relacionando com a política de modernização da cidade da Paraíba, nome então da capital paraibana. A reforma urbana começou em 1916, para a qual foram contratados dois arquitetos italianos Hermenegildo Di Lascio (da firma construtora Cunha e ...), que A União (de 12/03/1924, p.1), chama de “engenheiro”. As obras foram aceleradas a ponto de, em dois meses já estarem adiantadas, e concluídas em nove meses, no final da gestão de Sólon de Lucena, como cita Silva. A construção apresentava suas dimensões: 26,70m de frente, e 36 m de fundo (2009, p.65).

A compra do “Comércio Velho” de Luna, pelo Estado, custou 23 contos de réis, e foi lavrada em dezembro de 1922. Um ano depois, em final de 1923, Di Lascio estava em Campina, observando o sítio futuro de suas atividades. Em 7 de janeiro de 1924, o mercado velho começou a ser demolido para a construção do GESL (Almanach de Campina Grande, 1934; CÂMARA, 1947, p. 128 e p.132).

A transação comercial com o velho imóvel por parte do governo do Estado parece ter agradado a família Luna, pois, em maio daquele mesmo ano, Mauro Luna lançava seu livro “Horas de Enlevo”. O herdeiro do Comércio Velho, nascido em 27 de julho de 1897, filho de Baltazar de Almeida Luna e D. Maria

da Cunha Luna, e neto de Baltazar Gomes Pereira Luna, agora se lançava como autor; ele, que o pai tanto queria como formado com um diploma de ensino superior, mas os golpes que recebeu do comércio não lhe deram essa satisfação. Como narra Cristino Pimentel (1958, p.117), Mauro Luna teve de se conformar com o estudo primário do Colégio São José, de Clementino Procópio, tornando-se professor com colégio próprio, o Olavo Bilac (de 1917 a 1934), e jornalista. Depois do sucesso como poeta, foi eleito para a Academia Paraibana de Letras, falecendo antes de ocupar o cargo. O ex-proprietário do Mercado Velho, Baltazar de Almeida Luna ainda viveria quase duas décadas para ver frutos do GESL, falecendo em 1939 (RIBEIRO, p.277-279). Talvez a morte do pai possa ter agravado a saúde do filho Mauro Luna, que morreu quatro anos após.



Demolição do Comércio Velho de Baltazar Pereira Luna. Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande, *apud* SILVA, 2017, p.68; ver também PIMENTEL, 1958, foto entre as páginas 22 e 23).

Enquanto isso, o panorama da educação se alternava com fechamentos, como o Instituto Olavo Bilac, de Mauro Luna, e o Instituto São Sebastião, de Anésio Leão, e, chegava ao fim, o Colégio São José, de Clementino Procópio. Por outro lado, estabelecimentos novos de ensino surgiram, como o Ginásio Campinense, do professor potiguar Manoel de Almeida Barreto.

O prédio do GE Sólon de Lucena se enquadra não só na política da reforma educacional, como também trazia a criatividade estrangeira para dentro da Paraíba, como complemento do espírito republicano. Poucos anos depois, era o italiano G. Gioia que se instalaria com sua fábrica de ladrilhos em Campina, cuja proeza maior de sua militância fascista foi, na capital, a reforma do piso do palácio do governo, com ladrilhos com a suástica nazista, segundo Arruda Mello, (2006, p.122). Não é à toa que o primeiro Grupo inaugurado na capital, o Thomas Mindelo, obra do arquiteto italiano Pascoal Fiorillo, foi comprado pelo Estado e transformado em unidade educacional (SILVA, 2017, p. 73), dentro do estilo eclético. Mas Campina, com o trem e o algodão, não foi capaz de superar em precocidade o recebimento dessa nova modalidade do ensino, cabendo, por influências meramente políticas, a Umbuzeiro, que, em 1920, já possuía dois grupos escolares. Pertinácias epítacistas, sem dúvidas (*Op. Cit.*, p.75).

*

O prédio do Sólon de Lucena foge ao partido arquitetônico neoclássico para equipamentos públicos para educação, como, no Recife, o Ginásio Pernambucano, erigido na década de 1850 (SOUSA, 200, p.23). Para a época em que seu construtor, o arquiteto Di Lascio, projetou o Sólon de Lucena, o estilo não pode mais ser considerado, segundo Sousa, como classicismo, e sim

como Ecletismo, ou “acadêmico”, no dizer de Mário Barata, a quem Sousa remete em apoio à negação de neoclássico (2000, p.13 e nota 5 da p. 26). Queiroz (2016, p.73), ampliando seu leque de construções no centro da cidade, usa o conceito de ecletismo classicizante, ou neoclássico de província, segundo Reis Filho. São “manifestações classicizantes (...) com a utilização de frontões, balaustradas, vergas em arco pleno, pilastras e predominância de simetria em plantas e fachadas” (QUEIROZ, p.73). Segundo a museóloga responsável pelo Museu de Arte Assis Chateaubriand (daqui por diante, MAAC), Maria Cristina de Freitas Gomes, o estilo do prédio, de acordo com a arquiteta Ruth Levy, é de linhas neoclássicas e com forte incorporação de elementos de ecletismo (GOMES, Projeto BNDES/MAAC/FURNE). QUEIROZ (2016); CARVALHO, QUEIROZ, TINEM, 2007, p.3). E até do neoplasticismo.

O ítalo-argentino Hermenegildo Di Lascio, vindo diretamente da Argentina, não estava familiarizado com a tradição do neoclássico inaugurado em Pernambuco pela presença do arquiteto Louis Léger-Vauthier, nos anos 1840, e continuada com a gente da terra em belos exemplares, como nos mostra Sousa (2000). Ademais, o espaço era reduzido para o que se pretendia, e o arquiteto soube dar ganhos de luz e arejamento com a criação de uma área interna, de três lados, sendo vazada na parte de trás, que dava para o leste/Nordeste, tendo como serventia para recreio da meninada, além de área de serviços e abastecimentos pela rua Afonso Campos.

Vale lembrar, também, que o próprio Largo da Matriz não possuía, até então, regularização, com o seu arruado de casas recuadas (tomando como parâmetro a matriz, de um lado, e, do outro, o antigo prédio de Câmara e cadeia/prédio do Telégrafo, hoje, Museu Histórico). Tanto do lado da matriz, como do lado

do Telégrafo (nesse, menos acentuado, pelo menos até 1930), as casas já estavam alinhadas pelo prédio do “Telégrapho Nacional”. O Largo era fechado, no lado direito, pelo arruado de casas que subia da lateral da matriz; ao esquerdo, pelo final da Rua Grande/Maciél Pinheiro. No arruado de casas em sequência à matriz, o Largo era arrematado pela presença do Mercado Velho.

Ao ser comprado pelo governo da Paraíba, cedeu lugar ao GE Sólon de Lucena. Esse veio a ser o fio de prumo do Largo, à esquerda da matriz, na concepção dos urbanistas, na verdade, agrimensores, das décadas de 1930 e 1940, até a administração de Vergniaud Wanderley, que trouxe o arquiteto francês George Mounier, que construiu o prédio em detalhes da Escola de Bauhaus. Quanto à presença dele, em Campina, parece estranho que Vergniaud, ao ser entrevistado por Ronaldo Dinoá, tenha se furtado a citar seu nome, dizendo que consultava “(...) vários arquitetos, mas terminava sempre consultando minha cabeça” e, conclui, “mestres de obras eram muitos, como mestre Inácio, Zacarias e outros de que não me recordo” (DINOÁ, 1993, I Vol. p.206). Mas, voltando ao que defendemos como o prédio do GESL ser um sujeito histórico, é de se notar que o prédio “vizinho” do Grande Hotel foi começado na reforma do prefeito Bento de Figueiredo em 1932, e só concluído por Vergniaud em 1942.

Além do mais, tratava-se de um desafio para o engenheiro Di Lascio construir num terreno inclinado, tendo o edifício uma entrada bem mais alta que a calçada, o que o levou a um “erro” ao projetar os degraus para fora do prédio, sem ter em vista o problema do escoamento de água das chuvas. Isso foi modificado posteriormente em outras reformas, trazendo-se os degraus para a parte interna do terraço/entrada, como ocorreu também com o Thomas Mindello, na capital, em que sua escadaria foi modificada para obedecer ao alinhamento da rua (PAIVA, 2010, p.59). Hoje,

o prédio da Floriano Peixoto, nº 718, por legislação para mobilidade, encurtou o comprimento lateral dos degraus para compor um acesso a cadeirantes.

Para se ter uma ideia da inovação na construção urbana, embora simples, fotos do antigo mercado de Baltazar Luna mostram a grande improvisação que se fizera naquele imóvel comercial, no século XIX, a ponto de a construção seguir livremente o declive da rua, possuindo, em sua fachada, três arcos “barrocos” mais altos, chegando à biqueira de telhas, e mais dois arcos menores, encimados com duas janelas; enquanto isso, na face virada para o arruado de casas do fim da Maciel Pinheiro, o edifício apresentar um sobrado de duas janelas por cima do pavimento das duas janelas retangulares da frente, formando um quase terceiro pavimento. Seguiam-se, ainda, nessa lateral, puxadas irregulares. Portanto, se deduz que, internamente, o mercado possuía batentes entre o salão dos três arcos maiores e o salão menor que dava para a lateral/Maciel Pinheiro, também em arco “barroco”. A obra do arquiteto/engenheiro italiano trazia uma racionalidade surpreendente para a equipe de agrimensores da prefeitura local e habitantes que passaram a admirar o belo espécime “neoclássico”. Dele, dirá o orador durante sua inauguração, o deputado campinense situacionista Generino Maciel: “O nosso Grupo Escolar, cuja inauguração solene ora fazemos nesse edifício de discreta beleza e austeras linhas arquitetônicas...” “Templo se tem chamado a Escola... templo, em vez de capela humilde, é já vasta catedral preces de civismo” (SILVA, 2009, p. 131 e 134).

O prédio do GE Sólon de Lucena passava, como demonstra o “cartaz” do Grupo Renascença, a ser o terceiro ícone de Campina Grande, seguindo o religioso, a matriz, e o econômico, a estação ferroviária; agora era a vez do cultural. O Almanach de Campina Grande, editado por Euclides Villar, também eterniza esse ícone à

pg. 107, em foto com legenda “Grupo Escolar Sólon de Lucena”. Queiroz, Marcus Vinicius, mostra foto, de 1925, da peça “Isso é o que é Gozar”, encenada naquele ano pelo Grêmio Renascença, já tendo como fundo o prédio do Sólon de Lucena. No entanto, não lhe dedica atenção e parece só se referir a Di Lascio numa diminuta nota de rodapé, quando fala de poucos escritórios de construção em Campina (*Op. Cit.*, p. 36 e p.93, n.79).

O Anuario de Campina Grande, de João Mendes, já passava a usar a foto do prédio, logo em suas primeiras páginas, como um ícone de referência visual da “Praça Floriano Peixoto”, ainda sem calçamento. Em seguida, apresenta outro ícone do estilo eclético, a residência do comerciante José Ferreira de Mello, entre o prédio da prefeitura e o do Sólon de Lucena.

Pensamos, ainda, que Di Lascio tenha assimilado o arremedo de neoclássico do Paço municipal para o grupo escolar, não só pela extensão do estilo naquele arruado do Largo da Matriz, mas, quem sabe, talvez dando a visualizar uma sequência com o outro largo, no pobre estilo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde, em parte do terreno, se construiu o cine Capitólio (como enfatiza visualmente Queiroz, em seu suposto tríptico fotográfico, às páginas 74–75).

É possível que o silenciamento histórico e parcial seja devotado à política, por ser o GE Sólon de Lucena um bem estadual e, no caso, epitacista. A historiografia e a crônica urbana são ricas em descrições dessa bipolaridade política na urbe, em que até bandas de músicas, alfaiates e barbeiros em Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX, estavam em seus grupos radicalizados. Hortênsio de Souza Ribeiro, no Almanach de Campina Grande (1932), só cita dois momentos em que o governo estadual olhou para Campina, com o presidente João Machado, a pedido de Cristiano Lauritzen, quando doou 20% da arrecadação estadual

para Campina Grande, e com João Suassuna, que tentou mitigar a sede da cidade e conclui: “Daí para cá, nenhuma medida, que nos conste, foi pelo governo do Estado, posto em prática em benefício de Campina Grande” (p.70). Vale lembrar que Hortênsio esteve presente à inauguração, tudo indica, pois foi elogiado pelo deputado Generino Maciel em seu discurso: a “cultura polimática de Hortênsio Ribeiro”.

Já Elpídio de Almeida, em seu “capítulo” Ensino Primário (p.309–322), dedica apenas dois parágrafos e meio:

A construção do primeiro grupo escolar levada a termo em Campina Grande, por decisão do governo do Estado, ocorreu em 1924, no último ano da administração de Sólton de Lucena. Por constituir um acontecimento inédito de grande importância para a cidade, revestiu-se a inauguração de solenidades que abalaram o Estado. Levantado no local onde funcionou durante um século o mercado de Baltazar Luna, foi entregue ao público a 12 de outubro do referido ano, entre festividades que encheram o dia. Para maior realce e variedade do programa, transportou-se a Campina a banda de música do 22 Batalhão de Caçadores, o tiro de guerra do Liceu Paraibano, uma representação de 150 alunos do Colégio Diocesano Pio X, o secretariado do governo.

No ato da inauguração, depois da bênção do edifício pelo mons. Sales, falou em nome do município, agradecendo a realização, o deputado estadual Generino Maciel, e em nome do presidente do Estado, entregando a obra, o dr. Álvaro de Carvalho, secretário do governo. A chave da unidade escolar, que recebeu o nome de Sólton de Lucena, o realizador, passou às mãos do professor Mário Gomes seu primeiro

diretor. Foi o prédio depois, no governo de José Américo, cedido para instalação da Escola Politécnica. Pertence atualmente à Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (ALMEIDA, 1979, p.316).

Além de não enfatizar a grandiosidade do prédio, para a época, Almeida, em seguida, dedica seis páginas a quatro professores: Clementino Gomes Procópio (quase três páginas), Mauro Luna, Pedro Batista dos Santos Marreca e João Gomes Barbosa (*Op. Cit.*, p.317–322). Além disso, o autor dedica 16 páginas ao Grêmio de Instrução, que não passou de poucos anos, o que nos leva a crer num apagamento intencional, ou sub-reptício, do empreendimento do governo do Estado (*Op. Cit.*, p. 323 a 339). No entanto, sabe-se que Elpídio não poderia ser acusado depositor ao governo, porque ele mesmo fora nomeado pelo Estado para o serviço de profilaxia de Campina, em 1923. O que nos surpreende é que, segundo o Anuario de Campina Grande, seu organizador, João Mendes, diz que o médico Elpídio de Almeida fazia parte “gratuitamente” do quadro de professores, lecionando higiene às terças-feiras, fora do horário escolar, às 16 horas (1925, p.51).

O professor Antônio Carlos Ferreira, da UFPB, em seu livro “Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba”, discorre analiticamente sobre esse pioneirismo que repercutiu em Campina Grande na década de 1920, não só trazendo um equipamento moderno de ensino, como construindo um belo edifício de influência italiana na maneira de ler o estilo neoclassicismo. A pedagoga Vívica de Melo Silva, em sua dissertação de mestrado em Educação (UFPB), retomou a temática histórica, dando realce a existência desse núcleo escolar estadual em Campina Grande: “Grupo Escolar Sólon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande–PB (1924–1937)”.

É nossa intenção historiar não tanto a parte educacional, mas os diversos usos que o referido imóvel teve, após deixar de abrigar o ensino “primário” em 1955 (segundo depoimento da historiadora da UFCG, Rosilene Montenegro, por telefone), vindo nossa narrativa até os dias atuais, enfatizando que o edifício esteve, nesses cem anos, todos dedicados à educação.

Nesse capítulo, acompanharemos a construção e a história do imóvel, em sua função, até o período em que já começa a dividir seus espaços com a Escola Politécnica da Paraíba (1954) e a FUNDACT (1957), como veremos adiante, dedicando a cada instituição um histórico de suas funções.

Vale ressaltar que, o GE Sólon de Lucena não parece ter caído nas graças de todos, como se denota da palestra de Celso Mariz, em 1940, “Campina de Ontem e de Hoje” (p.13–32), não se refere ao educandário e ao lembrar de alguns educadores, não cita o diretor desse estabelecimento.

Segundo o Anuario de 1925, a população infantil em idade escolar era de 5 mil, e calculava que apenas mil estavam frequentando sala de aula (p.49) em 1925 (?). Lamenta que a cidade tenha só um grupo escolar (SL) “cuja matrícula fica preenchida logo no começo do ano, quando mais três iguais ao existente não satisfariam ainda as nossas necessidades” (p.50) e que até pouco tempo não havia escola alguma que aceitasse mais de 80 alunos.

Vejamos em suas palavras a descrição do Sólon de Lucena:

Funciona em belo e confortável edifício, com 6 salões, duas grandes áreas para recreio, uma sala onde está instalado o gabinete da diretoria e outra destinada à secretaria. Nos 6 salões funcionam 3 cadeiras: uma mista, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino. Cada salão comporta, rigorosamente, 40 alunos que são divididos conforme o grau e a fase a que

pertencem. O corpo docente é assim constituído: professores efetivos, cadeira do sexo masculino – professor Mário Gomes Pereira de Souza; cadeira do sexo feminino, professora D. Jacinhtha Dantas; cadeira mista: professora D. Isaura Chagas Vianna. Adjuntos (professores) efetivos: professora D. Antônia Agra (cadeira do sexo masculino); professora D. Julieta Cordeiro Barbosa (cadeira mista); professora D. Celecina Dantas (da cadeira do sexo masculino). Professores interinos: adjunta, D. Francisca Amorim; adjunta, D. Severina M. Pereira de Souza. Todas as professoras do Grupo Escolar são diplomadas com exceção de D. Severina M. Pereira de Souza que é aluna-mestra da Escola Normal do Estado

Em seguida, descreve o expediente do Grupo:

A matrícula atual é de 210 alunos, sendo a sua frequência diária de 150, no mínimo. É seu atual diretor, o professor Mário Gomes de Souza, diplomado pela Escola Normal do Estado (...) Com o consentimento da Diretoria Geral de Instrução, o Exmo. Mons. Salles mantém, às quartas-feiras, um curso de religião para alunos católicos. Não são obrigatórias, entretanto, as aulas desse curso. No dia 7 de setembro do corrente ano foi instalada, ainda por iniciativa do seu diretor, uma Associação de Escoteiros, a qual, dia a dia, vem conquistando as justas simpatias de nossa gente” (p.51).

Vale registrar, aqui, duas mudanças. A primeira é que o nome da professora Celecina Dantas é, na verdade Celênia Dantas Pires Ferreira, que se tornaria missionária evangélica posteriormente. A segunda mudança é que a mestra foi exonerada do cargo de adjunta do Grupo Escolar Solon de Lucena, em fevereiro de 1930 (A

União, 14 de fevereiro de 1930, p.8). Provavelmente a exoneração tenha sido a pedido, uma vez que neste mesmo ano, a professora já estava em Angola, como missionária. O SL também hospedava, à noite, o Curso Mário Pinto Serva, do professor Mario Souza (seria o próprio diretor do GESL – Mário Gomes de Souza?), com uma frequência de 30 alunos, entre os 40 matriculados (SOUSA, 1925, p.53). Esses cursos faziam parte da nova política educacional do governo da Paraíba, segundo Paiva (2010, p.83), em que apontava esse curso no GESL fundado por iniciativa do próprio diretor, com permissão do governo, para aulas destinadas aos empregados do comércio e, por sua conta, a instalação do curso, a conta de luz e não se utilizar de nenhum servidor do Grupo, bem como não permitir o uso dos sanitários desse estabelecimento pelos alunos noturnos.

Ironias à parte, enquanto o progresso educacional chegava a Campina, outra porta estava se fechando, com tristeza: Clementino Procópio – que começara a ensinar em Campina, em 5/7/1872 – entrava com um processo pelas injustiças praticadas contra a sua pessoa (remanejamentos por perseguição política) e seus vencimentos. A razão provavelmente é a mesma que ele declara em depoimento a Lino Gomes da Silva, a carestia. Aposentado do Estado em 1905, continuou lecionando em seu próprio Colégio São José, fundado em 1872, enquanto aguardava chegar 1922, para comemorar o cinquentenário do seu estabelecimento: “A 5 de julho de 1872, há 48 anos completos hoje (1920!) abrimos o Colégio São José”. É quando, impelido pelo custo de vida, resolve aumentar as mensalidades do seu internato e externato (ALMEIDA, 1978, p.318 e 319).

*

Sigamos os autores que se debruçaram sobre o prédio do grupo e sobre a influência desse equipamento na cidade, com suas repercussões e contribuições ao crescimento da educação em Campina Grande. Começemos por João Mendes de Sousa, carioca (nascido em 20/10/1894, vindo para Campina Grande, em 1920, contabilista, poeta, publicou, em 1926, o Anuário de Campina Grande; faleceu em 1949.

Aproveitando o comentário de João Vasconcelos sobre a necessidade de mais grupos dessa natureza, Cristino Pimentel, cronista: “E pus-me a pesar na insuficiência do nosso número um grupo escolar Sólon de Lucena”, cita uma “remodelação que o atual governador (Argemiro de Figueiredo), quando era secretário do Dr. Gratuliano de Brito, falou e prometeu levar a efeito naquele ninho de sabiás e rouxinóis” (*Apud* SOUSA, 2003, p.147).

Voltando ao Anuário, o autor diz que o Grupo Escolar tinha 210 alunos matriculados, sendo a frequência diária de 150, no mínimo. O diretor Mário Gomes de Souza era diplomado pela Escola Normal do Estado. Fazia parte do corpo docente, acrescenta o articulista do Anuário, Dr. Elpídio de Almeida “que, gratuitamente, a convite do diretor, leciona higiene, um dia por semana, fora do horário escolar, às 16 horas” (Anuario, p.51). Para se ter uma ideia de quanto isso pouco representava, Epaminondas Câmara registrou que, cinco anos depois, o município tinha 52 escolas públicas isoladas e 18 particulares, com um alunado de 3.500 alunos (CÂMARA, 1947, p.142).

João Vasconcelos passa a enumerar as outras instituições de ensino, começando com a primeira cadeira mista, criada em 1894, cuja primeira regente foi Auta Farias Leite, até 1912; posteriormente, assumiu Joaquina Mendes da Rocha, tendo como adjunta Laura Rocha. A matrícula era de 80 alunos. A segunda cadeira mista, dirigida pela professora Ercínia (ou Ercina de) Medeiros

(e, Macedo – conforme registra Câmara, 1847, p.154), com 48 alunos. Vergniaud Wanderley, aos 9 ou 10 anos, foi aluno da mestra Arcina, conforme esse ministro declarou, em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, em 1980. Não se sabe se no GE Sólon de Lucena, se em escola isolada. Em seguida, o autor mostra a educação particular, citando o Grêmio de Instrução, fundado em 1907, pelo Dr. Alfredo Espínola (p. 51). Dividido em dois cursos, primário e secundário, teve a duração de 6 anos, tendo o corpo docente, o Monsenhor Luiz Salles, Dr. Alfredo Espínola, Clementino Procópio, Dr. Chateaubriand Bandeira de Mello e prof. José Martins da Cunha.

Em seguida, cita o Colégio São José, afirmando que foi fundado em 5 de junho de 1872, mas em Taperoá. Em Campina Grande, para onde veio, começou a funcionar em 1878 (sic!); contava o estabelecimento particular com 120 alunos, em regime de internato e externato (p.52). Cita também o Instituto Pedagógico do Tenente Alfredo Dantas, com 239 alunos, fundado em 1919 (onde Vergniaud diz que também estudou). Em seguida, vem o Colégio São Sebastião, de Anésio Leão, fundado em 1920, com 125 alunos; o Instituto Olavo Bilac, de Mauro Luna, com 80 alunos. Além desses, havia também, no mesmo nível de educação, a Escola Remington, da professora Brígida Guimarães, “o expoente máximo do racional feminino”, com 70 alunos (p.53).

Para se ter uma ideia da carência de estabelecimentos de ensino, o jovem quemadense José Lopes de Andrade, que veio para Campina, aos seis anos de idade, assim revelou a situação do ensino: “Cheguei aos 20 anos de idade numa época em que aos que desejavam estudar, esta cidade só oferecia o velho Grupo Escolar Sólon de Lucena e algumas escolas elementares mistas isoladas” (TARGINO, 2021, p.121). Ele se referia, na certa, a escola pública como hoje equivalente ao ensino médio, por que já havia

o Ginásio Alfredo, o Ginásio Campinense, e o Pio XI, além do Colégio das Damas. Porque, em certa altura dos seus escritos, diz que aqueles colégios mantinham curso integrado entre o primário e o secundário, de onde os alunos saíam diretamente para fazer o preparatório para ingressar na universidade (*Idem*, p.58).

O Anuário mostra uma foto, entre as páginas 51 e 52, dos alunos e professores do “educandário Collegio da Sagrada Família”, dirigido por Monsenhor Salles e Irmã Cotinha (vice-diretora). Talvez seja o mesmo que Gaudêncio, para recorrer a estudos mais recentes, mostra o Colégio Paroquial da Imaculada Conceição (1920–1923), dirigido pelo professor Jorge Muniz. Outros estabelecimentos privados eram o Instituto Olavo Bilac, do professor Mauro Luna, e o Collège Condorcet, de Hortênsio Ribeiro (esses dois, ex-alunos do professor Clementino Procópio) (GAUDÊNCIO, 2008, p. 18). Gaudêncio, apoiado nas crônicas do jornalista e acadêmico Chico Maria Filho (1978, p. 72 e 78), reproduz traços do GE Sólon de Lucena, como a professora Ambrosina, a diretora do grupo, de rosto magro, severo e fala ligeira, contrastando com outra, que o cronista descreve como meiga. Descreve o cenário: A carta de ABC, a caligrafia, o crayon, a lousa, o puxavante de orelha, mangação dos colegas (*Apud* GAUDÊNCIO, *Op. Cit.*, p. 19).

Para se ter ideia da revolução que o GE Sólon de Lucena representava para Campina é importante descrever uma escola, então existente, a do professor Clementino Procópio, na percepção de um seu ex-aluno, o jornalista Eurípidés Oliveira:

O mobiliário escolar se compunha de uns bancos de madeira para grupos de cinco ou mais alunos conforme a frequência. Num dos cantos lá do fundo estava uma jarra com água e alguns copos de flandres. A classe mais adiantada ficava sentada diante de uma mesa larga e comprida

onde fazíamos nossos trabalhos de escrita logo que chegávamos. O professor sentava à sua cabeceira, pondo diante de si a palmatória e a pedra que os meninos pediam licença e se metia na mata, nos fundos da casa. Somente quando voltava aquele é que outro apanhava a licença, evitando dessa forma que dois ou mais fossem ao menos juntos. (...) Terminada a correção da escrita, ele fazia a chamada. Um a um, íamos receber as notas. Se fosse má, estirávamos a mão e recebíamos dois bolos de palmatória; péssima, receberíamos quatro e teríamos que refazer tudo de novo. (...) Depois da escrita, era a vez das lições decoradas. Entregávamos o livro com a lição marcada do dia anterior e ficávamos diante dele (Clementino Procópio) (...) e recitávamos todas as palavras ali impressas, sem esquecer pontuação, notas ou exemplos (...)” (SENA, 1999, p. 39/40, *apud* GAUDÊNCIO, p. 17).

Apesar dessa situação humilde, na inauguração do Sólton de Lucena, ninguém seria mais coroado de glórias que o mestre pernambucano, radicado em Campina desde a década de 1870. O deputado e orador daquele evento, Generino Maciel, não se descuidou de enaltecer aquele que, por meio século, ensinou os campinenses a ler, aquele que foi “professor de nosso professor e professor de nossos filhos”. Clementino Procópio, tão grande em sua aureolada humildade de mestre–escola que nem lhe falta à frente veneranda o martírio (...) Ninguém maior do que ele em nosso cenário. Nós somos a Borborema; Clementino é a Cordilheira dos Andes” (A União, 16/10/1924, p. 2, *apud* SILVA, 2009, p.133/4/5).

*

A importância desse grupo escolar quanto à parte educacional, já foi bem analisada pela mestra Vívica de Melo Silva, pois fez surgir novos atores para a educação escolar e novas sociabilidades. Ao contrário da escola isolada, onde o (a) professor (a) tinha quase todas as funções, agora passava a ter diretor formado pela Escola Normal, o professor também devia ser formado, porteiro e servente, a partir da reforma de 1917. Junto com essa divisão, ou por causa dela, surgia uma nova arquitetura e divisão de trabalho e de lugares de poder, para administrar as cinco séries. Por sua vez, o diretor era subordinado ao inspetor geral do Ensino (SILVA, *Op. Cit.*, p.42 e 43). O professor de escola isolada que assumia todos os lugares de poder, agora, deixava certas atribuições a quem de dever, o porteiro, por exemplo, e se dedicava somente à sala de aula. Como mostra Silva, (*Idem*, p.44) agora, no Grupo, havia um porteiro responsável por abrir e fechar a escola, controlar até o trabalho dos professores (já que, tanto o porteiro, como o servente eram escolhidos pelo diretor) e cuidar do mobiliário da escola. O diretor também não poderia assim atuar, uma vez que ficaria desfalcada a administração e organização do grupo escolar. Então, para o bom funcionamento dessa instituição a atuação do porteiro era indispensável.

Os primeiros projetos arquitetônicos dos GE contavam com profissionais de renome nacional e internacional; os projetos deveriam contemplar salas de aulas, vestíbulo, portaria, sala para secretaria e outra para diretoria, até biblioteca e refeitório, pátio e ambientes para trabalhos manuais, áreas de recreação e banheiros. Essa arquitetura buscava separar a escola da rua, criando um espaço de transição, dividindo o externo do interno, definindo limites, novas relações e comunicações. Deveriam ser vistos, destacados, admirados e servirem de modelos (PAIVA, p.42, 43). Segundo Silva, o Grupo Escolar de Campina Grande era a oitava edificação, junto com adaptação de prédios, destinada a grupos escolares no Estado desde

1916: Grupo Escolar Thomaz Mindello, Grupo Escolar Epitácio Pessoa, Grupo Escolar Padre Ibiapina, em, Itabaiana, Borborema, Princesa, Sousa, Areia, Umbuzeiro e Guarabira, (SILVA, p.72 e 75). Embora o GESL pareça soberbo, ainda seria acanhado para o dispositivo que o próprio governo havia criado, pois dava os limites da área nunca inferiores a 1.000 (m²), fora do alinhamento das ruas, longe do ruído das oficinas (em Campina Grande, às portas da feira!!!), inteiramente livre de quaisquer outros edifícios (o que conseguiu – pois a construção possui pelo menos um lado – o do norte, livre de construção; do lado sul, pequeno trecho da Maciel Pinheiro), com aparelho sanitário e lavatório expostos ao nascente (no caso, ficou ao poente), cantos de paredes arredondados, distribuição de luz, com três salas para escolas isoladas, seis para escolas reunidas e nove para grupo, cada uma com capacidade para 30 alunos, janelas com caixilhos e que abertas não perdessem espaço interior, compartimento para a diretoria e arquivo, área descoberta para recreio (*Idem*, p.77/78). Essa área, hoje jardim, estava ocupada parcialmente, segundo depoimento de uma ex-aluna, da década de 1940, (Cleonice Agra do Ó) por uma cisterna, enquanto o recreio era feito aos fundos do prédio, numa área não construída, separada da rua Afonso Campos por um muro de arrimo.

O Sólon de Lucena era dotado de aparelhos sanitários, como exigia o regulamento para a edificação desses imóveis, mas sabe-se que, em 1924, os médicos de higiene (entre eles Elpídio de Almeida, nomeado em 1923, sob a direção do dr. João Arlindo Corrêa) deram início à campanha para a instalação de “gabinetes com fossas” em Campina Grande (QUEIROZ, p.90; AGRA, 2010, *passim*).

O governo criou oficialmente o GESL, através do Decreto nº. 1.317 de 30 de setembro de 1924: Fica, desde já, criado um grupo escolar em Campina Grande, ao qual ficam incorporadas

as cadeiras do ensino público primário existentes naquela cidade, a saber: do sexo feminino, do sexo masculino e mista. No seu primeiro ano o Grupo matriculou 210 aluno/as, mas Campina continuava com 16 cadeiras (escolas) isoladas e/ou escolas rudimentares e elementares (SILVA, p. 52 e 54). Para se ter ideia da precariedade das escolas isoladas, ou cadeiras isoladas, estas eram dispersas e, muitas vezes, situadas em lugares remotos, quase sempre em imóveis alugados e impróprios para a prática educacional, sem ventilação, luz ou material escolar e sem condições sanitárias. Os grupos escolares foram criados, pois, para substituir até 10 escolas isoladas compreendidas num raio de entre 1 e 2 quilômetros (PAIVA, 2010, p.39 e p.43). No entanto, no caso de Campina Grande, mesmo com a instalação do GESL, o município ainda contava com duas aulas públicas estaduais, sob responsabilidade das professoras Ernestina Macêdo e Maria de Carvalho (Anuario de Campina Grande, 1925, p.59).

Ora, desde 1907 que Campina Grande contava com a ferrovia inglesa *Great Western* vinda do Recife. Isso ocasionou um crescimento populacional e urbano passando das 731 casas, em 1910, para 2.486 em 1924 (CÂMARA, 1947, p. 132) – e já contava também com três hotéis. Com o trem, a década de 1920 foi fértil para uma industrialização, ainda mecânica, baseada no motor movido a água dos açudes (o Velho, primeiro, e o Novo, em seguida, com relação às fábricas). Surgiram fábricas de camas, de lavatórios, de cerâmica; surgiram várias prensas de algodão; implantada a têxtil do industrial pernambucano, Marques de Almeida (1923), nas Boninas e, logo depois, a sua fábrica de sabão. O comércio se intensificou, e a população rural, em torno da estrada de ferro, pode frequentar Campina com mais assiduidade e até se mudar para a cidade (MELO, 2007, p. 20–21). Câmara nos dá outras novidades, entre 1923 e 1926, como a instalação da luz elétrica, inauguração

da Agência do Banco do Brasil e a construção do novo mercado público. No entanto, a construção do belo prédio do Grupo Escolar não seduziu o prefeito a calçar logo o Largo da Matriz ou a Praça Floriano Peixoto, preferindo, em 1926, começar pelo coração do comércio, a Praça Epitácio Pessoa, Largo que existia entre o prédio de Cristiano Lauritzen, o Pavilhão Epitácio, e a rua Maciel Pinheiro, hoje, parte da rua Monsenhor Sales.

Quanto à arquitetura escolar do GE Sólon de Lucena, era algo tão novo que só mesmo um engenheiro ou arquiteto, com experiência do moderno, poderia adaptar ao cenário ainda tacanho do então Largo da Matriz, um quadrilátero que concentrava todos os poderes do município. Lá estavam a igreja matriz (com a atual fachada neoclássica, de c. 1885), o antigo prédio da Câmara e Cadeia (com seu barroco já alterado de 1814, então com destinação específica de prédio do Telégrafo); e o prédio do Paço Municipal (construído em 1877, em um pobre e improvisado neoclássico, gerido por mestre de obras e demolido na segunda gestão Vergniaud Wanderley), além do mercado particular de Baltazar Pereira Luna, construído por volta de 1824/6. Um Largo, quase que todo infenso ao burburinho mundano, se não fosse o velho mercado na esquina sul do Largo, em arcos romanos, estilo pesado e de bastante atividade comercial; a feira, ali, ora subia em direção à matriz, ora se prolongava pela Rua Grande (Maciel Pinheiro).

Quando o arquiteto contratado pelo governo do Estado, Hermenegildo Di Lascio, veio a Campina Grande em outubro ou novembro de 1923, para ver o local do imóvel a ser demolido, na certa, fez uma leitura arquitetônica do lote urbano do Largo da Matriz. Se o arruado de construções olhando para o poente começava com a matriz em estilo neoclássico (1887–1891), acompanhava, ao lado, o prédio do Paço Municipal (1877–1943),

também em um neoclássico simples e pesado, ambos a ostentar o estilo dominante do Império, o neoclássico. Di Lascio, olhando na perspectiva das calçadas, de frente para a igreja matriz, deve ter concluído que o melhor estilo para harmonizar, então, com as duas fachadas dominantes, deveria, portanto, impor sobre o controverso estilo do mercado de Luna, o neoclássico, mas com sinais já de renovação eclética, nos detalhes, pela própria dinâmica arquitetônica da função a que se destinava.

Em termos arquitetônicos, a construção do prédio para o grupo escolar obedeceu aos objetivos do partido arquitetônico possível para uma intervenção no meio ambiente urbano, central e em lugar de outro, para outra função, criando um espaço e com certa intenção plástica adequada às necessidades e expectativas, mediatizadas pela técnica (que muito se diferenciava da do mercado velho), clima, iluminação, as condições topográficas etc. (LEMOS, 1982, p.40/1).

Di Lascio parecia dialogar, em parte, com a fachada do velho Paço Municipal, que apresentava dois conjuntos de três janelas em cada lado da porta e mesmo número no pano (parede) da fachada lateral. O italiano também abriu seis janelas na fachada principal, só que duas delas, recuadas, dentro da área do terraço e apresentando mais uma tendência às inovações mais perto do seu tempo, quanto à largura, mais estreitas; em todas as janelas, um caixilho eclético, com pequeno óculos *art nouveau*, ou detalhe talvez já dentro do neoplasticismo. O GESL possuía o mesmo frontão triangular do Paço, como se estivesse sustentado por duas pilastras. No prédio do Paço, o mesmo frontão triangular ocorria nos dois lados do prédio. Suas janelas de caixilhos, no entanto, pareciam seguir mais o barroco, como se fossem janelas guilhotinas do que neoclassicismo



Foto do antigo Paço Municipal (1877–1943), ao lado da Matriz/Catedral.

Embora a política de estabelecer grupos escolares privilegiassem as áreas abertas, como relatou o diretor de instrução pública do período, João Alcides Bezerra Cavalcanti, o local do GE Sólon de Lucena não deveria ser conveniente. Em seu relatório, preconizava que o grupo deveria ser construído em terreno seco e permeável, numa área nunca inferior a 1.000 (m²); fora do alinhamento das ruas, longe do ruído das oficinas e inteiramente livres de quaisquer outros edifícios e de modo que os raios solares, tangenciando a parte superior dos vãos das janelas e portas, cheguem ao extremo oposto do piso; com distribuição de luz unilateral ou bilateral; nesse último caso, a luz deve ser indireta num dos lados; com nove salas para os grupos escolares, cada uma com capacidade para trinta alunos; com um aparelho sanitário e um lavatório pelo menos, para cada grupo; com janelas e caixilhos dispostos de forma que, abertas aquelas, não determinem perda

de espaço interior; com área descoberta para recreio (Jornal O Educador, 14/11/1921, p.02, *apud* SILVA, 2017, p.77).

Ironicamente, ao ocupar o espaço que antes pertencia ao mercado de Luna, apagando a memória da prática material, não se livrou o GE Sólon de Lucena de estar no centro da agitação, a feira de Campina Grande, uma vez que, àquela altura (até 1939), ela ocupava toda a rua Maciel Pinheiro, cujas últimas casas (ou primeiras, dependendo do destino do feirante) abriam ou fechavam essa artéria, exatamente na altura dos fundos do GE Sólon de Lucena.

Embora tenha desaparecido o prédio do mercado velho de Luna, sua cultura se espalhou pela feira, pois lá, como descreve o cronista Pimentel, já chamando o Largo da Matriz (colonial e Imperial) de Praça (republicana) Floriano Peixoto, o mercado tinha sido uma construção suntuosa, com “(...) loja de fazendas do cel. Alexandrino Cavalcanti e alguns quiosques que foram desaparecendo aos poucos”. O comércio velho era uma espécie de cortiço: acolhia as famílias dos pequenos comerciantes e, na frente, ciganos armavam tendas e ficavam ocupando a parte aberta do prédio, formada por arcos (PIMENTEL, 1958, p.23–24). Aqui, parece haver uma contradição de fato ou de informação, pois se o mercado era uma “construção suntuosa”, como poderia ser, ao mesmo tempo, um “cortiço”? Talvez haja um choque de informações, uma vez que Alexandrino Cavalcanti fundou, ele mesmo, um mercado na rua Grande. Mais ainda, essa contradição se aguçava, pois se denota a esquina do prédio do Grupo, com a rua ainda não pavimentada (Revista Era Nova, Anno IV / n.º. 70 / de novembro de 1924, *apud* SILVA, *idem*, p.4).

Se parece haver controvérsia acerca do local onde foi construído o Grupo Escolar, de acordo com a pedagoga Vivia de Melo Silva (2017, p.68), sua construção tanto podia ter um foco estratégico, o de locomoção das famílias e do alunado ao estabelecimento,

como o de apagar o passado (imperial); nesse ponto, discordamos um pouco, pois o estilo do novo prédio foi exatamente o predominante no Império, o neoclássico.

Os aparelhos sanitários (“gabinetes”) que faziam parte da recente política sanitária do Estado (sendo um dos administradores locais dessa política, Dr. Elpídio de Almeida), até a década de 1940/50, localizavam-se aos fundos da área de recreio, um pouco abaixo do pavimento do grupo escolar perto do muro que separava o prédio da rua Afonso Campos. Provavelmente, havia um portão, por onde se abastecia ou se recebia material de manutenção da escola e reparo do edifício. Na parte do pátio, havia uma cisterna que captava água de chuva, já que a cidade não tinha um sistema regular de abastecimento de água, apesar de a adutora de Puxinanã ter sido inaugurada em fins de 1927. Hoje, ainda se pode ver o sistema de captação de água pluvial nos dois lanços da construção e funcionando para escoamento, apenas como a indicar onde ficava a cisterna. Até o final da década de 1940, existia a cisterna, conforme nos declarou a antiga aluna, hoje grande educadora universitária, Cleonice Agra, a qual foi construída pelo engenheiro/arquiteto Di Lascio, com capacidade para 5.000 litros.

Como se observa, a própria arquitetura do GESL trazia uma série de inovações.

Segundo a pedagoga Vívica de Melo Silva:

Acreditamos que a organização espacial do GE Sólton de Lucena instaurou uma nova cultura escolar em Campina Grande. A cultura do espaço próprio para cada momento escolar: o espaço da aula de uma determinada turma, o espaço da resolução de problemas escolares, o espaço da descontração e brincadeiras, o espaço das festas, o espaço dos professores conversarem e assim por diante. Espaços esses envolvidos

pela dialética do individual e do coletivo, da ordem e da desordem. Portanto, construções sociais revestidas de uma ideologia que pairava na época e que, conseqüentemente, refletiam a ideia de civilizar, moralizar e educar a população, principalmente as crianças matriculadas (SILVA, *Op. Cit.*, p.92).

O Grupo Escolar Sólon de Lucena inaugurou uma era de sociabilidade antes nunca vista na cidade, como encontros de alunos e população através de não só comemorações, mas criando hábitos de exposições escolares, momentos de festas e conhecimentos para a sociedade campinense (Ver SILVA, 2017, capítulo 3). Inclusive, situações até de conflitos, como retratou certa fonte jornalística, de que uma apresentação das meninas e moças fora prejudicada pela algazarra de rapazes, a ponto de se chamar a polícia. No entanto, o Grupo Escolar Sólon de Lucena comemorou a data de 12 de outubro com brilhantes festas, sob a direção do seu ilustre diretor Prof. Mario Gomes.

Presente, a Associação de Escoteiros do Grupo, prestou continência à bandeira, que foi hasteada na fachada do estabelecimento, seguindo-se uma passeata militar, em que tomaram parte o Instituto Pedagógico, o Ginásio Campinense e outras escolas públicas e particulares da cidade. Às 13 horas, houve lugar no Grupo Escolar Sólon de Lucena uma sessão cívica presidida pelo prof. Mario Gomes que pronunciou uma conferência alusiva à data, lembrando o feito de Colombo, a obra maravilhosa de Sólon de Lucena e fazendo ver que naquele dia também se comemorava o Dia da criança (O Século, 13 de outubro de 1928, p.4, *apud* SILVA, 2009, p.136).

No entanto, à noite, reporta o semanário, às 18 horas, em palco armado no recreio da seção feminina do Grupo (ou seja, na parte dos fundos, onde ocorria o recreio das alunas), alunos do estabelecimento levaram à cena um entretenimento teatral que agradou plenamente a uma numerosa assistência presente. Lamentamos esse momento, o modo indelicado por que diversos moços de nossa melhor sociedade estavam se portando, a ponto de ser preciso a intervenção da polícia (O Século, de 13 de outubro de 1928, n.º.12, p. 04, *Apud* SILVA, 2009, p.136).

A inauguração

A inauguração do Grupo Escolar Sólon de Lucena deu-se no dia 12 de outubro de 1924, quase duas semanas após o decreto de sua criação (Decreto n.º. 1.317 de 30 de setembro de 1924), com inédito brilhantismo, registrou o cronista Lino Gomes da Silva Filho (2005, p.135). Uma placa na parede interna do prédio, na sala de recepção, nos acolhe até hoje, com outra data de aposição: 01 de outubro de 1924. Apesar de ser um dia após a data municipal (11/10), parece não haver registro algum em homenagem ao dia da elevação à cidade. Para os festejos, veio uma grande comitiva da capital sob a liderança do dr. Álvaro de Carvalho, representando o governo do Estado, o monsenhor João Milanês, Odilon Coutinho, o cônego Pedro Cardoso e o professor José Coelho, além dos Tiros de Guerra do Liceu Paraibano e o do Colégio Pio X. O ato era um dos últimos daquele presidente, que passaria o cargo, dez dias depois, para o presidente eleito João Suassuna.

O Grupo só passou a se chamar Sólon de Lucena na gestão imediata do presidente da Paraíba João Suassuna, considerando que fora Lucena o construtor, homenageando-o, assim, em 26 de abril de 1926. A política de incentivo às mudanças na educação

infantil e juvenil não teria sido pauta, se não fosse a experiência do professor Sólon de Lucena antes de ser deputado estadual. (Era Nova, 24/2/1924, p.13).

A inauguração, praticamente, foi uma festa de despedida do próprio presidente Sólon de Lucena do poder, embora ausente de Campina Grande, pois, dez dias após, assumiria João Suassuna. Daí ter a equipe colocado todos os esforços para o evento ter repercussão estadual, utilizando-se de dois veículos de comunicação ligados ao governo, o jornal A União, e a revista Era Nova, que comungava com o grupo epítacista no poder. Apesar da pompa, o presidente Sólon de Lucena não pôde vir e enviou o seu secretário, Álvaro de Carvalho, encabeçando um grupo de pessoas ilustres da capital (p.96). Talvez estivesse bastante doente para a viagem e precisasse agilizar no palácio seus últimos 10 dias de governo. Veio, ainda, “o tiro de Guerra 165, da capital (do Liceu), realizando exercícios militares com os colégios da cidade. O espetáculo teve ainda participação de alunos e professores do Liceu Paraibano e do Colégio Diocesano, da capital, além de colégios campinenses e a sociedade civil.

O prédio virou propaganda do governo e da linha epítacista de administrar, como retrata o jornal do governo. A inauguração do Grupo Escolar, com “festas muito brilhantes, verdadeiramente inéditas naquele núcleo onde se concentra a civilização do nosso *hinterland*”. Esse evento deve ter produzido o primeiro transporte coletivo da história da *Great Western*, na Paraíba, da capital para o interior, pois “numerosas foram as pessoas que se transportaram à formosa cidade serrana, com o fito especial de estarem presentes as solenidades ali realizadas (...) e várias personalidades de destaque de nosso meio e um representante desse jornal” (SILVA, *Op. Cit.*, p.96, 97).

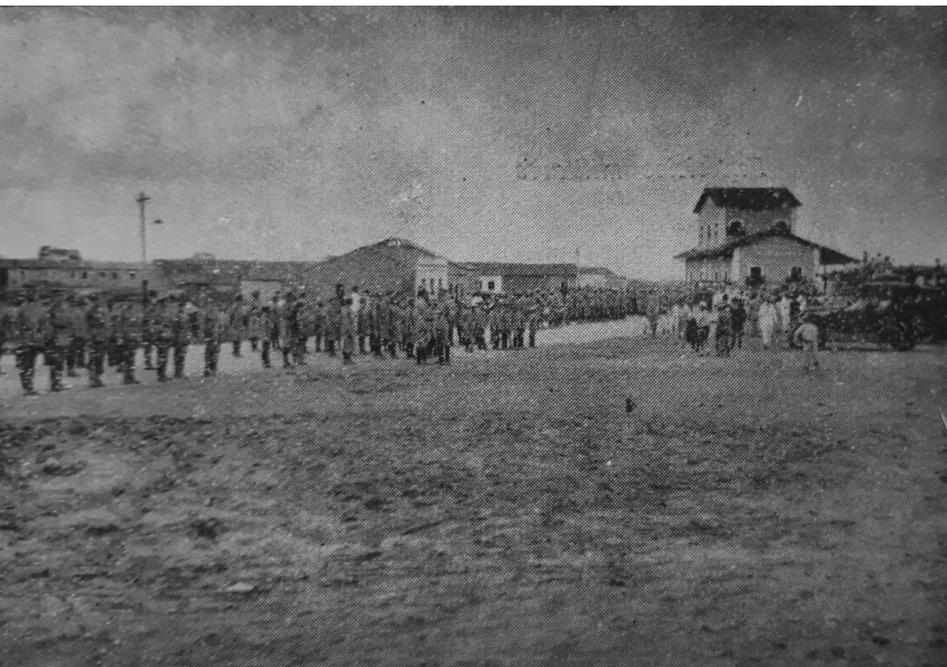
A imprensa oficial também tinha, como extensão, o órgão modernista, a revista *Era Nova*. Bem alinhada com o governo, tinha uma das pessoas influentes e que, inclusive, chegou a ser proprietário da revista, Severino Lucena, sobrinho e secretário particular do presidente Sólon de Lucena. A revista também repercutiu a inauguração do Grupo Escolar, “naquela florescente cidade sertaneja” (IHGP, *Revista Era Nova*, novembro de 1924, p.24).

Sua inauguração foi um espetáculo para a população campinense. Não se sabe ao certo se o esquema político da presidência do Estado tentou obrar com eficiência para dar realce ao dia da cidade de Campina Grande, fazendo coincidir a inauguração do novo equipamento com o dia da cidade, o 11 de outubro (o que não conseguiu, exatamente), mais fazendo coincidir com o dia do descobrimento das Américas, o 12 de outubro.

A festa cívica contou com a parte religiosa, bênção ministrada pelo Monsenhor Salles, sendo a cerimônia de inauguração à tarde, com o discurso do deputado Generino Maciel, e a declaração oficial de entrega do imóvel feita pelo secretário do governo, Dr. Álvaro de Carvalho, repassando as chaves ao diretor nomeado oficialmente, professor Mário Gomes. A própria firma construtora, Cunha Di Lascio, fez a entrega do edifício. Em seguida, a festa cívico-militar através dos desfiles dos dois Tiros de Guerra vindo da capital no trem da *Great Western*, tanto o do Lyceu, como do Colégio Diocesano. De Campina, compareceram o Instituto Pedagógico, do tenente Alfredo Dantas, o Instituto Olavo Bilac, de Mauro Luna e o colégio São Sebastião, de Anézio Leão, todos com suas alunas decentemente uniformizadas (SILVA, 2009, p. 129).

Como se observa, a rua ainda estava sem calçamento, o Largo da Matriz (um dos nomes costumeiros pelo qual era assim chamado o trecho, que hoje faz parte da Avenida Floriano Peixoto),

do que se pode datar a foto ainda da década de 1920, pois, só em 1926, a prefeitura iniciou o calçamento da cidade, (CÂMARA, Epaminondas, 1947, p.137).



Chegada dos Colégios e Tiros de Guerra da capital à estação da Great Western para cerimônia de inauguração do GESL (Revista Era Nova, Anno IV, nº 70, nov. 1924; acervo IHGP– foto do autor, em 26/04/2023).

GRUPO SÓLON DE LUCENA ESCOLAR

Poucos meses depois de sua inauguração, os professores do Grupo comemoraram o dia 21 de abril (Era Nova de 1/5/1925, p.8). A comemoração literária reuniu a fina flor intelectual e política da cidade, com Argemiro Figueirêdo, Severino Pimentel e os professores Mário G. Pereira de Souza, Anézio Leão, Boulanger

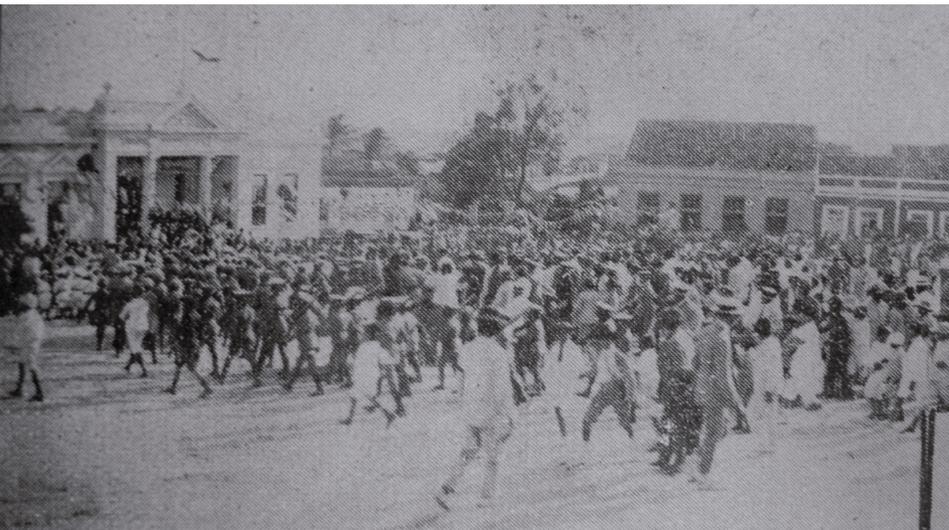
Uchoa, a professora Brígida Guimarães, Murilo e Otília Buarque, João Mendes, João Vasconcellos, entre outros. Houve, ainda, apresentação de piano pelas senhoritas Laurênia Araújo, Maria José Pontes e Genny Costa. Por aí podemos avaliar o seu quadro.



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande: O Grupo Escolar Sólón de Lucena (foto encontrada no site: gmedeiros.net). Observa-se que os degraus de acesso, agora, são internos. Em sua fachada, e com a rua já calçada, o frontispício traz o nome do estabelecimento um tanto fora de ordem: Grupo Sólón de Lucena Escolar.

Campina agradeceu ao presidente, apesar de sua ausência, através de um telegrama do seu Conselho Municipal, em que o aclamava como o “como grande benfeitor Campina”. Assinava-se Juvino do Ó, prefeito, e Mário Cavalcanti de Queiroz, vice-presidente do Conselho (SILVA, 2017, p.98/9).

Sobre a solenidade de inauguração, teve a bênção do edifício pelo Monsenhor Salles e, às 15 horas e, após, a inauguração do Grupo Escolar. Houve discurso do deputado Generino Maciel; Declaração da inauguração por Álvaro de Carvalho e entrega das chaves ao nomeado diretor Mario Gomes da Silva. No Largo da Matriz, houve apresentações dos tiros de guerra do Colégio Diocesano e do Liceu Paraibano, como já haviam feito demonstrações no Largo da Estação de Trem (*Op. Cit.*, p.99, 100). As fotos da época nos mostram dois momentos importantes do dia da inauguração do Grupo: a religiosa, liderada pelo vigário Monsenhor Francisco Sales e a parte profana, na qual os Tiros de Guerra atraem a população para o ato inaugural à frente do prédio.



Evoluções dos alunos do Collegio Diocesano e do Lyceu Parahybano. Revista Era Nova, Anno IV / nº. 70 / de novembro de 1924 (*Apud SILVA, Op. Cit.*, p.102).

Os tiros de guerra do Collegio Diocesano e do Lyceu Parahybano desfilaram em parada militar, fazendo evoluções,

exibindo sessões de ginástica sueca, sempre com garbo militar (A União, 14/10/1924, p.02, apud SILVA, p.103). Afinal, a memória da I guerra não estava longe, apenas cinco anos do seu fim. Também, foi denotativo do espírito militar-patriótico que se vivia à época, o poema Leonel Coelho, que se fez distribuir entre os presentes em homenagem ao imortal guerreiro paraibano Vidal de Negreiros e ao Tiro de Guerra 165, como estímulo ao patriotismo, à justiça e à bravura dos jovens brasileiros (Op. Cit., p.106).

Mas, o apelo mais forte, veio do orador da inauguração do prédio, o deputado epitaicista, que faz um apelo contra “a gravidade da hora que o Brasil vive... a anarquia, espiritual, política, filosófica, religiosa, nas ideias e nas obras, anarquia em tudo!”. O orador se referia ao clima de agitações no Rio de Janeiro, iniciada com a revolta de militares do Forte de Copacabana e as decorrentes manifestações até aquele ano de 1924. Daí, a apresentação “patriótica” dos Tiros de Guerra da capital (SILVA, 2009, p.134/5).

O discurso da inauguração ficou por conta do deputado Generino Maciel, partidário do governo, a quem rendeu elogios por ter levado àquela cidade os avanços da educação e que, por isso, ficará na memória dos campinenses, chamando as mulheres de sacerdotisas e o prédio de templo, de onde partirão para o futuro, os redentores do ensino. Como não poderia deixar de ser, o discurso foi publicado em A UNIÃO, 16/10/1924, p.02. O discurso recebeu comentários e interpretações bastante acertadas da pedagoga Vívica de Melo Silva, que o analisou em sete páginas (SILVA, *idem*, p.107–114).

*

O GE Sólon de Lucena talvez tenha sido o primeiro estabelecimento a receber as ideias do movimento dos escolanovistas, entre

os quais se destacava a professora Apolônia Amorim, com o cinema educativo implantado em Campina Grande, mais precisamente no dia 1º de novembro de 1937 (SILVA, p.122 e 123. A mestra teve apoio e indicação do governo paraibano para se deslocar ao Rio de Janeiro e conhecer *in loco* esse novo recurso.

Dívia de Melo Silva, seguindo Rodrigues, Gaudêncio e Almeida Filho (1996), comenta que Apolônia Amorim era natural de Barra de Santana, município ao sul de Campina Grande e era considerada uma mulher à frente do seu tempo, pois foi uma das fundadoras do Jardim de Infância de Campina Grande, professora do GE Sólon de Lucena, como também do Ginásio Campinense, entusiasta de João Pessoa e da Aliança Liberal e integrante do “Comitê Feminino Clara Camarão” (SILVA, 2017, p.122).

De nossa parte, a referida mestra nos tem chamado a atenção por sua conduta vanguardista, a ponto de termos, em parceria com a professora da UEPB, Jussara Natália Moreira Bélen, realizado um estudo sobre o silenciamento em que Apolônia Amorim tem sido colocada na história da educação paraibana. No texto, citamos alguns expoentes da educação, do direito e da história em Campina Grande, parentes de Apolônia e que foram também seus alunos, como a historiadora Leonília (Léa) Amorim, casada com o sobrinho de Apolônia, médico José Amorim, também ex-aluno de Apolônia Amorim; a historiadora Odete Amorim (*in memoriam*), sobrinha e ex-aluna de Apolônia Amorim; o advogado Agnelo José de Amorim, também sobrinho e seu ex-aluno (MELO, Jussara Natália Moreira Bélen de; MELO, Josemir Camilo de. Tempo e Silenciamento: Apolônia Amorim e a Escola Nova na Paraíba, 2010).

Pois bem, o GE Sólon de Lucena, no dia 1 de outubro de 1937, fez a primeira demonstração do Cinema Educativo, instalando, um aparelho de Cinema Educativo, quando foram exibidas

encenações e perspectivas de caráter histórico e educacional (A Voz da Borborema, Campina Grande, 03/10/1937, p.06).

Pode-se dizer que o GE Sólon de Lucena apresentava o ensino em fase de desenvolvimento, como política de Estado, embora a realidade do ensino local ainda fosse bem tradicional, como a imprensa demonstrava a Exposição de trabalhos, desenhos e decupagens no Grupo “Sólon de Lucena”, incluindo trabalhos de desenho, agulha do chamado curso primário. As mestras Lílissa Barros, Ambrosina Mello, Anna Leiros e Eulina Malheiros, Albertina Ramos Amorim e Heróthides Oliveira, Cylília de Oliveira, Sílvia Henriques, Aline Moura e Nair Carvalho, Cizena Galvão, Octília Sampaio (SILVA, p.125/126)

O destaque na modernização das técnicas educativas ficou a cargo da professora Apolônia Amorim, que inaugurou no Grupo Escolar Sólon de Lucena, desta cidade, o Cinema Educativo, em 1 de outubro de 1937. Iniciativa da ilustre educadora de Barra de Santana, radicada em Campina Grande, que fora à capital do país para, em alguns meses, fazer contato com os centros educacionais do Sul, e trazer, para a sua escola e sua cidade, o Cinema Educativo já empregado nas escolas públicas da capital. Ao voltar, instalou, no Grupo Escolar Sólon de Lucena, um bem-feito aparelho de Cinema Educativo, exibindo inúmeras encenações e perspectivas de caráter histórico e educacional. A professora Apolônia Amorim demonstrou, francamente, a eficiência desse moderno método pedagógico, que será introduzido nos estabelecimentos de ensino desta cidade (SILVA, 2017, p.122/123).

II PARTE

O prédio do Sólon de Lucena como sede da Escola
Politécnica e da FUNDACT



O GE Sólon de Lucena funcionou no mesmo prédio de 1924 até entre 1954, quando o Estado o repassou ao município, para servir como Escola Politécnica da Paraíba. Em seguida, virou sede da fundação criada pelo prefeito Elpídio de Almeida, a FUNDACT, para dar suporte à Faculdade de Ciências Econômicas, criada na administração anterior, a de Plínio Lemos, e à Politécnica. Posteriormente, com a criação da Universidade Regional do Nordeste, o prédio virou reitoria. Para administrar a URNE, foi criada, em lugar da FUNDACT, a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE); a partir de 1987, tornou-se sede da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, mas mantendo, em algumas de suas salas, a parte a parte administrativa da FURNE.

Em 18 de maio de 1954, a Escola Politécnica da Paraíba começou a funcionar, sob a direção de Dr. Antônio da Silva Moraes, no mesmo prédio do GESL, o que não impedia de continuar como estabelecimento de ensino primário durante os dois expedientes. Como o curso da Politécnica não era oficialmente de ensino superior, mas técnico (equivalente, hoje a ensino médio), suas aulas seriam à noite, principalmente por ser seu público já ou quase de profissionais.

Com a redemocratização, em 1947, a política se tornou eferescente, o que nos deu o primeiro prefeito de Campina Grande, naquele período, Elpídio de Almeida. A década seguinte levou o governo da Paraíba a criar na capital uma Escola de Engenharia, o que também vinha sendo reivindicado pelas lideranças intelectuais de Campina Grande. Já vinha se formando uma pequena massa crítica, através de representantes do DNOCS (1951), da construção civil, como o campinense recém-formado em engenharia, Austro França, e o arquiteto/engenheiro italiano, radicado em Campina, Giuseppe Gioia ou o homônimo filho; com a presença da FIEP, criada em Campina Grande em 1949; o estabelecimento do SENAI, na cidade, em 1952; e da presença

de engenheiros e técnicos da construção do ramal ferroviário Campina–Patos (inaugurado em 1958), bem como a presença do 3º batalhão de engenharia do Exército. Contava-se, ainda, com a existência do laboratório do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e das indústrias, bem representadas pelo engenheiro químico José Marques de Almeida Júnior (da fábrica têxtil Marques de Almeida). Todos esses representantes juntos fundaram, em 1952, o Clube Politécnico de Campina Grande, reconhecido de utilidade pública pela Câmara de Vereadores em 1955 (LIMA 2010, p.116–121 e 130–131). Os campinenses nativos e adotados estavam bem representados junto ao governo estadual, na pessoa do secretário de José Américo de Almeida (1951), o campinense José Lopes de Andrade, que, na década anterior, havia sido secretário do prefeito campinense Vergniaud Wanderley (1942–45). No entanto, como na capital já havia sido fundada a Escola de Engenharia, em João Pessoa, em 11 de dezembro de 1952, a criação de outra Escola, agora, no interior, seria um entrave para a primeira (LIMA, *Op. Cit.*, p. 136). Assim, em 6 de outubro de 1952, a Assembleia Paraibana aprovou a criação da Escola Politécnica da Paraíba, com sede em Campina Grande (*Op. Cit.*, p.140). Foi nomeado seu diretor, o prof. Antônio da Silva Morais, e a primeira turma começou em 1954. Enquanto a Poli, como ficaria conhecida, carinhosamente, na cidade, se hospedava no prédio do Sólon de Lucena, às expensas da FUNDACT, que fora criada, segundo Lima, para fortalecer a Poli (*Op. Cit.*, p.155/6). Um dos seus membros foi José Lopes de Andrade, que era o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, criada pelo prefeito Plínio Lemos.

A reunião que deu início à chama da Politécnica foi acesa em 31 de agosto de 1952. Fizeram parte: o professor Milton Paiva (logo depois, diretor do Colégio Estadual da Prata e, daí, fazer sentido que a Poli, por um tempo esteve localizada em parte do Estadual

da Prata), o professor Antônio Silva Morais, o engenheiro-químico José Marques de Almeida Júnior, Valdês Cunha Cavalcanti, Austro de França Costa, Josemir Vasconcelos de Castro, Giuseppe Gioia, Lindalvo Farias e o estudante de economia, no Recife, Edvaldo de Souza do Ó. Numa segunda reunião e presidida pelo general e engenheiro José de Oliveira Leite, representando o Clube de Engenharia da capital, em 6 de setembro de 1952, ele defendeu a criação de um curso de Engenharia em João Pessoa, foi contra outro curso em Campina Grande. O governador decidiu pela criação de uma Escola Politécnica em Campina Grande, aprovada na Assembleia Legislativa, através da Lei nº792, sancionada em 6 de outubro de 1952 (LIMA, 2010, p.132, 140).

Segundo a historiadora Rosilene Montenegro, o vestibular ocorreu no meio do ano de 1954, já como curso de engenharia civil, sob a direção do Dr. Antônio da Silva Morais, no edifício do antigo Grupo Escolar Sólon de Lucena. No entanto, o engenheiro campinense e um dos fundadores da Poli, Austro França, que também exerceu o cargo de vice-diretor, informou ao jornalista Ronaldo Dinoá, que a Poli chegou a funcionar até na ala sul do Colégio Estadual da Prata (DINOÁ, 1993, p.421). Um ano depois, o GESL já tinha sido transferido para a rua Ernani Lauritzen.

No entanto, mesmo com a experiência de usar partes do Colégio Estadual da Prata, a Escola Politécnica recebeu terrenos da prefeitura e, em 1959, a Universidade Federal da Paraíba começou a construir o campus da Politécnica. Trata-se do imóvel que, até poucos anos atrás, era o Centro de Humanidades do Campus II da UFPB.

A Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande, foi criada por lei nº 792/52, de 6/10/1952, pelo governador José Américo de Almeida, como parte da Universidade Estadual (da Paraíba), que veio a ser federalizada, em 13/12/1960, pela lei nº 3835 (AGOSTINHO, p. 35; LIMA, p.111, 140 e p.205). A

Poli, como passou a ser chamada, foi resultado de uma barganha proveniente da pressão que lideranças campinenses fizeram para criar uma escola de engenharia em Campina Grande, tendo como correia de transmissão o secretário de José Américo, o campinense José Lopes de Andrade.

Embora seu funcionamento em Campina Grande tenha sido autorizado pelo decreto federal nº 33.286, de 14 de julho de 1953 (SILVA FILHO, p. 202, 205 e 206), a Escola Politécnica da Paraíba começou a funcionar em 18 de maio de 1954, sob a direção de Dr. Antônio da Silva Morais, no mesmo prédio do GESL. Provavelmente, a Escola funcionaria à noite, pois há depoimento de ex-aluna, de que, em 24 de agosto de 1954, o Grupo ainda funcionava durante o dia, quando nos narra que Campina viveu horas bem dramáticas com a notícia do suicídio de Getúlio Vargas, com o exército na rua. Contou, informalmente, a historiadora Maria José Oliveira, a agonia de sua mãe de sair de casa às pressas para pegar a filha no Sólon de Lucena.

O técnico Antônio Morais muito lutou pela implantação do ensino superior em Campina Grande, atuando como um dos principais líderes nos debates que antecederam a criação da Escola Politécnica, a ponto de ser indicado seu primeiro diretor, função que desempenhou durante os anos de 1952 a 1963. Concomitantemente, com o cargo de diretor, Morais foi convidado pelo prefeito Elpídio de Almeida, em seu segundo mandato na prefeitura municipal de Campina Grande, para exercer o cargo de presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica (FUNDACT), uma das primeiras fundações do gênero em todo o Brasil. É ainda nesse momento que Antônio Morais entra em contato com outro técnico que trabalhava no mesmo laboratório e que participa também, ao lado dele, da criação da Escola Politécnica, José Marques de Almeida Junior, que era formado em Química Industrial pela Escola de Engenharia de Recife.

A federalização da antiga Universidade Estadual (da Paraíba) englobou a Politécnica e a FACE (Faculdade de Ciências Econômicas – criada por lei municipal, em 1/7/1955, na administração do prefeito Plínio Lemos), tornando-se, posteriormente, a base de formação do Campus II da UFPB. Em 1962, a POLI se transferiu para o prédio de Bodocongó, ainda em construção (SILVA FILHO, p.235). Trata-se do prédio que, a partir de meados da década de 1970, passou a ser o Centro de Humanidades da UFPB–Campus II (UFCG). De 1963 a 1970, Lynaldo Cavalcanti foi Diretor da Escola Politécnica. E quando se federalizaram a Poli e a FACE, criou-se a Pró-Reitoria do Interior, da UFPB, para cujo cargo de reitor foi nomeado Lynaldo Cavalcanti.

A FUNDACT

Com a eleição, pela segunda vez, de Elpídio de Almeida para prefeito, começava a se armar um tripé intelectual e científico, nas pessoas de José Lopes de Andrade, assessor do prefeito, Edvaldo Souza do Ó, recém-formado em Economia por Pernambuco, e o engenheiro recém-formado em Pernambuco, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (LIMA, 2010, p. 169). Como o prefeito Elpídio de Almeida achava que não competia ao poder municipal investir em ensino superior, aceitou a proposta de Edvaldo do Ó e de José Lopes de Andrade que, baseados numa fundação criada na Bahia, apresentaram ao prefeito um projeto, e assim foi criada a FUNDACT – Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – em dezembro de 1957). Sua missão era promover o desenvolvimento do ensino superior na cidade, mas não o de diretamente investir na educação universitária; apoiar e realizar, na prática, as escolas superiores que o prefeito anterior, Plínio Lemos, havia criado, mas que não conseguira fazer funcionar.

A FUNDACT foi criada pela lei municipal nº 49 de 12 de dezembro de 1957 e perdurou até 1966, quando cedeu lugar à FURNE. Para diretor da FUNDACT, foi convidado o próprio diretor da Escola Politécnica, Antônio Moraes. Ocupando, inicialmente, algumas salas cedidas pela Livraria Pedrosa, posteriormente se instalou onde, até pouco tempo, era o Fórum Afonso Campos, na Avenida Floriano Peixoto. Esse terreno para o fórum foi trocado com o Estado, envolvendo um terreno em Bodocongó, por 800 mil cruzeiros, recebendo a prefeitura o prédio do Grupo Escolar Sólon de Lucena (Ó, vol. II, p.31). Como, anteriormente, o prédio do Grupo Escolar Sólon de Lucena, à noite, vinha sendo utilizado para cursos dirigidos a rapazes que trabalhavam no comércio, e havia passado a ser a sede da Escola Politécnica, a sede da FUNDACT, foi ali instalada. O prefeito criou o Conselho de Educação do Município e doou patrimônio e verba a FUNDACT (Mensagem Nº. 650/57 de 12/12/1957; Ó, vol. II, p.28).

Sendo presidente da FUNDACT, Edvaldo do Ó, o prefeito Williams Arruda sancionou as leis nº 91 (de 15/12/1966) sobre valores de arrecadação e a nº18 (de 3/2/1867) declarando a FUNDACT de utilidade pública, para isso doando terrenos, além da lei nº252 (de 9/8/1968).

Segundo Edvaldo do Ó “(...) nós estávamos entregando um patrimônio enorme por um prédio que nós não poderíamos nunca destruir, que era o primeiro grupo escolar da cidade” (p.31). Portanto, segundo o autor e um dos vanguardistas na criação da FURNE, não foi meramente uma doação ao Estado: “Nós verificamos que não podíamos deixar de receber do Estado uma contrapartida daquele grande patrimônio que era o terreno de Bodocongó, e representava uma receita para a manutenção da Fundação” (*Idem*). O terreno para o Fórum foi vendido, segundo Do Ó, ao Estado, por Cr\$800 mil cruzeiros, e o terreno de Bodocongó trocado pelo prédio do Sólon de Lucena (1994, p.31).



Prédio onde funcionava o Instituto de Economia da FUNDACT, em Bodocongó (Do Ó, 1994, p. 29). Ficava onde se construiu o primeiro bloco de aulas da UFPB – Campus II, por traz da atual reitoria da UFCG; vê-se, ao fundo, a Escola (Seminário) Redentorista (Depoimentos de Carlos Roberto de Medeiros, analista de TI, e do prof. e economista Luiz Gonzaga Sousa, ambos da UFCG).

III PARTE

O prédio do Sólon de Lucena como sede da URNE/
FURNE | A criação da URNE e da FURNE



Com a Escola Politécnica instalada no campus de Bodocongó, junto com a FACE, ambas agora federalizadas como partes da UFPB, líderes campinenses voltaram à carga para criar uma Universidade de Campina Grande, liderados por Edvaldo do Ó. Esse economista, juntamente com José Lopes de Andrade, fez um projeto que foi encaminhado ao prefeito Williams de Sousa Arruda, e enviou mensagem à Câmara para a criação da URNE – Universidade Regional do Nordeste. Viviam-se tempos sudenistas (com a vênica para o neologismo!) (AGOSTINHO, p. 31/2).

Após a criação da Universidade Regional do Nordeste, pela lei nº 23, de 15/3/1966, não competindo à prefeitura o ensino superior, designou o prefeito que os mesmos proponentes criassem uma fundação para controle e administração da universidade. Iremos adotar a sigla URNE, como Edvaldo do Ó usa (1994, p. 41), independente da lei publicada na imprensa que trazia URN, mesmo porque sua Fundação, imitando a Sudene, incorporou o “e” final a seu nome. A criação dessa fundação para gerir a URNE se deu em sessão no teatro Severino Cabral (inaugurado naquela década), onde foi assinada a escritura de constituição da Furne. Seu patrimônio seria formado pelos terrenos em torno do Açude Velho, que se tornariam o Campus. Estavam em negociação a aquisição de terrenos da Anderson Clayton, da Demóstenes Barbosa e Cia., e terrenos do SESI; tudo ficaria em torno de 5,4 hectares, segundo a lei nº 18, de 3/2/1967. Por fora, ainda, desse Campus, havia a Faculdade de Direito, que funcionava em um prédio da Igreja Congregacional, na rua 13 de Maio, e a de Filosofia, na rua Afonso Campos (Do Ó, 1994, p.37, 39).

O prefeito Williams Arruda, através da lei municipal nº 23, de 15 de março de 1966, transferiu o patrimônio e renda da FUNDACT para a Fundação Universidade Regional do Nordeste, incorporando ao patrimônio valores de dividendos e terrenos geridos pela FUNDACT, incluindo o prédio que fora do Grupo Escolar Sólon de Lucena e outro, na rua Afonso Campos, o da Faculdade de Filosofia, cuja construção havia terminado, com recursos da venda do terreno da Avenida Floriano Peixoto ao Estado, para ser o Fórum Afonso Campos (*Op. Cit.*, p.34, 35, 36 e 38).

Em 1966, seu patrimônio foi incorporado à Fundação Universidade Regional do Nordeste (Furne). O prefeito Evaldo Cruz e o vice-reitor da URNE assinaram a escritura em que a municipalidade campinense doou a Furne uma área de terra de aproximadamente 22 hectares situada em Bodocongó, anteriormente pertencente à Congregação Redentorista (Correio da Paraíba, 03/08/74). Nesse espaço, em 1974, instalou-se, em Bodocongó, o Campus I da URNE, abrigando 12 cursos (CCT e CCBS), clínicas, bibliotecas setoriais, enquanto o restante se espalhava pela cidade em 5 prédios, incluindo-se a própria reitoria (no prédio da FURNE), a Comissão de Vestibular e o Museu de Artes, ocupando, então, uma área de 36,7 hectares, incluindo o terreno adquirido, na gestão do reitor Luiz Almeida, doado pelo prefeito Evaldo Cruz¹.

Para sede, Edvaldo do Ó descreve que o prédio do Grupo Escolar Sólon de Lucena dispunha de salas para recepção, gabinete do presidente, sala para o departamento pessoal, pequeno auditório e duas salas de aula.

Williams de Sousa Arruda se elegeu vice-prefeito em 1963, como vice de Newton Rique. Tendo esse sido cassado um ano depois, pelo regime militar, o vice-prefeito conseguiu assumir o cargo, não sem antes desenvolver uma peripécia, uma vez que os juízes da cidade evitaram se envolver com o processo (MELO, 2013). Para a equipe do novo prefeito, o economista Edvaldo do Ó e o ex-secretário de Elpídio de Almeida, José Lopes de Andrade, que, em 1965, entregaram a Williams Arruda um diagnóstico do ensino superior em Campina Grande (Ó, 1994, p.34). A cidade

1 GOVERNO DO ESTADO. Universidade Estadual da Paraíba. Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto. UEPB: A Reforma Necessária. (S/l;s/ed), 1997.

já contava, segundo o prof. Cícero Agostinho Vieira, com duas faculdades da UFPB (a Politécnica e FACE) e duas particulares que foram rejeitadas pela UFPB para se federalizar, a Faculdade Católica de Filosofia e a Escola de Serviço Social. Nesse momento desenvolvimentista, em 15 de fevereiro de 1966, “o prefeito, Prof. Williams de Sousa Arruda, interpretando os mais os mais autênticos anseios da Comunidade” (VIEIRA, 1979), enviou Mensagem à Câmara que, aprovando, emitiu, em 15 de março a lei n° 23 e, posteriormente, a lei n°201, de 20 de março, criando a URNE, Universidade Regional do Nordeste, ideia do trio formado por Edvaldo do Ó, Lopes de Andrade e Williams de Souza Arruda. O próprio Lopes de Andrade saudaria a Câmara em artigo no Diário da Borborema, de 6 de março de 1966, quando do seu parecer favorável, através de seu relator, o grande educador Anésio Leão (VIEIRA, 1979, p 45).

Nascia, assim, como autarquia, a Universidade Regional do Nordeste (URNE), e para gerir essa unidade de ensino superior, financeiramente, o prefeito criou a Furne, tendo, como seu presidente, o próprio Reitor nomeado pelo prefeito. Em seguida, a prefeitura transferiu, em 11/4/66, para a recém-criada Furne, patrimônio e renda da FUNDACT, constituindo-se, então, por escritura pública de 30 de outubro do mesmo ano, em fundação Universidade Regional do Nordeste. Adotaremos, daqui para diante, as formas URNE e Furne (MELO, 2013, p.31-33).

Edvaldo de Souza do Ó, José Lopes de Andrade, Williams de Souza Arruda, Francisco Chaves Brasileiro, Manuel Figueiredo e o professor Francisco Maia são os nomes que criaram a Universidade Regional do Nordeste (URNE). O primeiro reitor, num gesto simbólico de reconhecimento, foi o próprio prefeito, em 30/4/66; como vice-reitor, foi eleito o economista Edvaldo do Ó, que terminou assumindo a Reitoria em julho de 1966, uma vez que Williams

Arruda não deveria, juridicamente, ser prefeito e reitor. José Lopes de Andrade foi enviado a Brasília para estudar a organização da Universidade Nacional de Brasília. Edvaldo do Ó exerceu o reitorado até 10 de abril de 1969, quando, numa segunda onda de revanchismo, o governo militar afastou Edvaldo do Ó do cargo, bem como o prefeito, nomeando uma interventoria militar.

Como a prefeitura não podia gerir ensino superior, o prefeito solicitou a um grupo de assessores e intelectuais a organização de uma fundação para esse fim. Em 11 de abril de 1966 foi aprovado o estatuto da Furne, e reconhecida como autarquia municipal. Pela lei nº 18/67 de 3/2/67, autorizou o executivo municipal a doar terrenos à Furne, adquirindo, para isso, o conjunto urbanístico do Açude Velho, declarado então como Parque Universitário. Em 1968, a Furne foi reconhecida de utilidade pública, por instância federal, com suplementação federal, mas só a partir de 1973, quando do seu reconhecimento.

A aula inaugural foi do Arcebispo Dom José Maria Pires em 6/03/67 e, no dia seguinte, já partia para a Europa uma “Missão Cultural” da Universidade Regional do Nordeste, composta pelo reitor Edvaldo do Ó, pelo sociólogo José Lopes de Andrade e esposa, a professora Letícia Camboim de Andrade, e pelo Professor Francisco Gaspar de Menezes. A comissão visitou Portugal, França, Alemanha, Bélgica, Itália e Espanha, para contatos e futuros intercâmbios. (MELO, 2013, p. 36).

A viagem, no entanto, saiu cara, posteriormente, para a Furne e para o reitor, após as eleições de 1968, quando saíra eleito prefeito Ronaldo da Cunha Lima. Com sua cassação, em 1969, pelos militares, passando apenas 43 dias no poder, instalou-se na cidade uma interventoria militar que cassou o reitor Edvaldo do Ó em 10/04/69. Assumiu o reitorado, por indicação do interventor, José Geraldo Araújo (de 10/04/69 a 15/05/1971).



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande: O Grupo Escolar Sólton de Lucena (foto encontrada no site: gmedeiros.net).



O antigo prédio em estilo neoclássico do Grupo Escolar Sólton de Lucena (1924) passou a ser a sede definitiva da FURNE, bem como reitoria da URNE.

Em seguida, aproveitando o otimismo que vinha se criando em torno da administração municipal de Williams Arruda, e por influência do jornalista e empresário paraibano, Assis Chateaubriand, a Furne criou o Museu de Arte Assis Chateaubriand em 29/9/67, como mostraria a revista O Cruzeiro, de 23 de novembro de 1968. A revista mostrava que a cidade era grande e apontava outras criações, como a CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), uma delegacia da COHAB-CG (Companhia de Habitação Popular), a CELB, a Telingra, criada em 1965, e o primeiro computador da cidade, que pertencia a URNE e a Telingra e a CELB (MELO) CAMILO. Josemir. Campina na Revista O Cruzeiro (I e II). (Disponível em http://paraibaonline.com.br/index.php/colunistas_inc/21/18 . Acesso 23/06/2012).

Sobre a URNE, dedicava as páginas 79 e 80: A maior realização do prefeito Williams Arruda é a Universidade Regional do Nordeste – URNE, com extraordinário relevo no ritmo acelerado do Novo Nordeste, impulsionada pela SUDENE, sendo a mais nova Universidade da região e a primeira localizada numa cidade do interior, não Capital de Estado. Que até se antecipara à Reforma Universitária, dividida de um lado em Institutos Centrais com o Ciclo Básico de Ensino de Filosofia, e, de outro, em Faculdades, com a finalidade de ministrar Ciência e Pesquisa Pura, dedicadas ao Ensino Profissional e à Pesquisa Aplicada. Organizada sob a forma de Fundação, é administrada por um Conselho Diretor de cinco membros, cujo presidente da Fundação é o Reitor da Universidade, cargo ocupado pelo professor Edvaldo de Souza do Ó, administrador jovem e realizador, considerado um dos homens mais dinâmicos de Campina Grande. O dimensionamento total do projeto era para 4.000 alunos por turno escolar, com produção de serviços prevista para 1.500.000 pessoas, polarizadas em torno

do núcleo urbano campinense (estudos preliminares do IPEA/CNG sobre macro e microrregiões brasileiras). E, para completar a empolgação, a revista de Assis Chateaubriand divulgou a mais nova conquista da Universidade, o Centro de Processamento de Dados, para o que a universidade tinha adquirido, em convênio com a CELB (Companhia de Eletricidade da Borborema), um moderno computador eletrônico 3600, de fabricação da IBM, já inaugurado e em funcionamento. Finalizava a reportagem dizendo que Campina Grande tinha, segundo a SUDENE, a quarta maior concentração industrial do Nordeste, vindo logo depois de Fortaleza, Salvador e Recife. Na década seguinte, assumiu Antônio Lucena (15/05/1971 a 09/04/73) e a Universidade teve Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque como reitor (09/04/73 a 19/12/75).

Em 23 de março de 1987, o governador Tarcísio Burity, em aula magna na URNE, anunciou a decisão de estadualizar a Universidade Regional do Nordeste, a fim de sanar as crises financeiras da instituição, à beira do fechamento. O debate com professores, estudantes e funcionários se deu no auditório do museu de Arte Assis Chateaubriand. Foi criada uma Comissão para esse fim, a Estadualização da Universidade Regional do Nordeste, que ficou assim composta tendo Jacques Milfont, representante da reitoria da Furne, como secretário.

IV PARTE

O tombamento, o valor patrimonial do prédio



O Conselho do IPHAEP em 27 de novembro de 1997 aprovou a solicitação de tombamento do prédio, solicitado pela Reitoria da URNE, alegando que o “referido prédio apresenta elementos de importância histórica e cultural para o município campinense, bem como inegável valor arquitetônico” (Parecer/Processo 0084/97). Em anexo, vinha a descrição do parecer do arquiteto Ivan Cavalcanti Filho. O imóvel foi tombado como patrimônio histórico em 23 de dezembro de 1997, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Passava, assim, o prédio do Grupo Escolar a ser o primeiro imóvel tombado na cidade de Campina Grande (TARGINO, 2003).

A Coordenadora de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais do IPHAEP, Maria Ivonilde Mendonça Targino, emitiu um parecer histórico-cultural em que esboça o contexto histórico do local e do imóvel anteriormente existente ao Grupo Escolar Sólon de Lucena. Fundamenta seu parecer em autores da terra, e aponta a polêmica das datas de construção do antigo mercado (1826 ou 1828), local hoje do referido prédio. Termina sua aprovação, narrando a função do imóvel “após tamanha restauração ali realizada”:

Esse educandário exerceu ao longo do tempo seu objetivo maior, de abrigar e acolher as gerações campinenses, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo em todos os níveis de ensino, suas fases: no ensino primário – como o primeiro grupo escolar; no ensino técnico abrigando a conhecida “Poli” (Escola Politécnica, cedida pelo Estado ao Município em 1956) – o embrião do ensino do 3º grau, naquela cidade; sediando a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (sic) (FUNDACT), e a Fundação Universidade Regional do Nordeste, entidade mantenedora da URNE , hoje Universidade Estadual da Paraíba;

chegando também a sediar o Museu de Artes e a Reitoria atual da UEPB”.+ (Parecer. IPHAEP. Processo 0084/1997, fls.39/40).

Percebe-se nessa evolução que o velho Grupo Escolar, com suas linhas arquitetônicas características das primeiras décadas do século XX, surgiu no cenário campinense para servir de receptáculo da cultura daquele município, e, nada mais justo e digno do que seu tombamento, após a restauração ali realizada, resgatando, para preservar toda uma memória, rica de valores desenvolvidos em sua trajetória histórico-educacional. (João Pessoa, 24 de novembro de 1997. Maria Ivonilde Mendonça Targino). Vejamos o parecer do arquiteto da instituição, Ivan Cavalcanti:

Edifício Sede da Reitoria da UEPB

O edifício em questão apresenta características peculiares às construções do início desse século no Brasil. A fachada principal possui corpo central saliente apresentando elementos típicos do neoclassicismo. O referido corpo consiste em terraço aberto (como um pronaos dos templos gregos) guarnecido de colunas circulares e encimando por entablamento – arquitrave, friso e cornija, e frontão. Esse último elemento possui tímpano com baixos relevos, sendo ladeado por platibanda a qual percorre todo o perímetro da edificação, coroando-a e escondendo seus telhados. O coroamento ainda apresenta todos os vértices do edifício peças escultóricas que remontam os acrotérios da antiguidade grega.

As fachadas são guarnecidas de aberturas, as quais estão simetricamente dispostas nos espaços entre pilastras, formando uma sequência de painéis onde se sobressaem os frontões isolados sobrepostos às janelas e apoiando sobre mísulas. Os vãos da janela possuem guarda-corpo

desenhado na alvenaria simulando os antigos balcões da arquitetura colonial, e as janelas em madeira com venezianas e vidro são guarnecidas de bandeiras com desenho característico do neoplasticismo.

No tocante à implantação do edifício, fica evidenciada a prática da ocupação segundos os limites extremos do lote, não havendo, portanto, recuos frontais. Sua implantação em “U” reproduz fielmente outras edificações da época construídas para fins educacionais: duas alas compridas alpendradas ligadas por corpo central e separadas por pátio interno utilizado para ventilação e iluminação.

O piso da edificação com ladrilhos hidráulicos é digno de nota tanto pela riqueza cromática como pela composição obtida a partir de sua montagem. As escadas externas de acesso à parte mais baixo do lote são guarnecidas de parapeitos compostos por balaústres que remontam balcões renascentistas ou mesmo barrocos.

Enfim, apesar de predominância de caracteres neoclássicos no edifício há elementos formais de outros estilos compondo o conjunto, conferindo ao mesmo um caráter eclético bem peculiar às construções brasileiras do início do século XX.

João Pessoa, 24 de novembro de 1997. (A) Ivan Cavalcanti Filho e Aníbal Moura Neto (coordenador). (IPHAEP. Processo 0084/1997, fls. 36 a 38).

Isso feito, a diretoria do IPHAEP enviou ao Secretário de Educação e Cultura do Estado o ofício nº 254, de 11/12/1997, o parecer favorável ao tombamento do prédio onde funcionava, então, a Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, para sanção do governador.

O tombamento foi feito pelo governador José Maranhão através do decreto 19.447 de 24 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial de 25 de dezembro de 1997. No entanto, o decreto contém um erro histórico em seu terceiro parágrafo, pois diz que o referido prédio “abrigou o Mercado Público”. Confundia-se, assim, a redação da peça jurídica com respeito ao mercado particular dos Luna, e não público, adquirido por compra do Estado e demolido, para a construção do Grupo Escolar. Finalmente, em seu Art. 1º, o decreto estabelece: Fica tombado o prédio nº 718, localizado à Avenida Floriano Peixoto, na cidade de Campina Grande, com a seguinte inscrição municipal: 01.01052.1.0028.001-456. Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 24 de dezembro de 1997. (a) José Targino Maranhão, governador (IPHAEP. Processo 0084/1997, fls. 52).

V PARTE

O prédio do antigo Sólon de Lucena como sede do acervo do Museu de Arte Assis Chateaubriand – MAAC



O museu

Em 21 de outubro de 1967 (ou 29 de outubro de 1967??), o jornalista paraibano (de Umbuzeiro) Assis Chateaubriand criou o Museu de Arte de Campina Grande que, depois, receberia o seu nome, Museu de Arte Assis Chateaubriand (MAAC), com o propósito da implantação de um Centro de Divulgação e Cultura das Artes Plásticas do Nordeste. Era uma política de inserção da região na política de desenvolvimento integrado da cultura nacional, no intuito de difusão e democratização do acesso à arte, através da Campanha Nacional de Museus Regionais, junto com o Museu Regional de Arte de Feira de Santana (1967) e o de Arte Contemporânea de Pernambuco, em Olinda (1966), a Galeria Brasileira e o Museu Dona Beja, de Minas Gerais, e a Pinacoteca Rubem Berta, em Porto Alegre.



Museu de Arte Assis Chateaubriand.

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande: O Museu de Arte Assis Chateaubriand



O governador João Agripino e a sra. Cecília Hime retiram a bandeira, da Paraíba que cobria o retrato do embaixador Assis Chateaubriand.

campina grande

**MUSEU DE ARTE
JÁ É
REALIDADE**

Reportagem de HÉLIO PASSOS



Como prova da gratidão de Campina Grande, inaugurou-se a 30 de setembro esta placa comemorativa nas dependências do Museu.

O Cruzeiro : Revista (RJ), disponível na hemeroteca digital da biblioteca nacional.
25 de novembro de 1967, página 100.

Os preparativos para a inauguração do MAAC tiveram à frente o professor Edvaldo de Souza do Ó, então reitor da Universidade Regional do Nordeste e presidente da Fundação da Universidade Regional do Nordeste. A Furne fora criada para administrar não só a Universidade Regional, mas também o acervo do MAAC. Vale ressaltar a participação também do paraibano Drault Ernanny e de seu primeiro diretor Raul Córdula Filho, artista contemporâneo, natural de Campina Grande.

Segundo Edvaldo do Ó, as despesas com transportes dos quadros de São Paulo para Campina Grande foram custeadas pelo Rádio Borborema, e as pequenas despesas pela Furne e prefeitura. Em Campina Grande, a inauguração do MAAC, no prédio que serviu ao Grupo Escolar Sólton de Lucena, foi um acontecimento de extraordinária projeção social, trazendo à cidade quatro governadores e várias personalidades do mundo artístico brasileiro. A inauguração do MAAC fora adiada em decorrência do estado de saúde do mecenas Chateaubriand, que fazia absoluta questão de vir pessoalmente a Campina Grande. Ele alugou um avião para os governadores dos Estados nordestinos, Tancredo Neves e José Sarney para essa inauguração. No entanto, no Recife, seu estado de saúde se complicou, tendo que ficar, e a comitiva veio em dois ônibus alugados (Diário da Borborema, 29/09/1992, p.07). Uma placa afixada naquela época, em homenagem a Assis Chateaubriand dá a data como 30/09/1967).

A inauguração do MAAC trouxe à cidade quatro governadores e várias personalidades do mundo artístico brasileiro, tinha também um caráter político. Vale lembrar que o governo militar tinha interesses políticos, pois estava necessitando de apoios da sociedade civil, e seus expoentes burocráticos se empenharam não só quanto à inauguração, daí o título de patrono do MAAC à patente maior que dirigiu o movimento militar de 1964, general

Olympio Mourão Filho. Vale lembrar do processo de criação da URNE / Furne, tanto que, em 1969, o regime militar achou que estas entidades estavam subvertendo a ordem, daí a cassação do seu reitor Edvaldo do Ó, após a do prefeito Ronaldo da Cunha Lima.

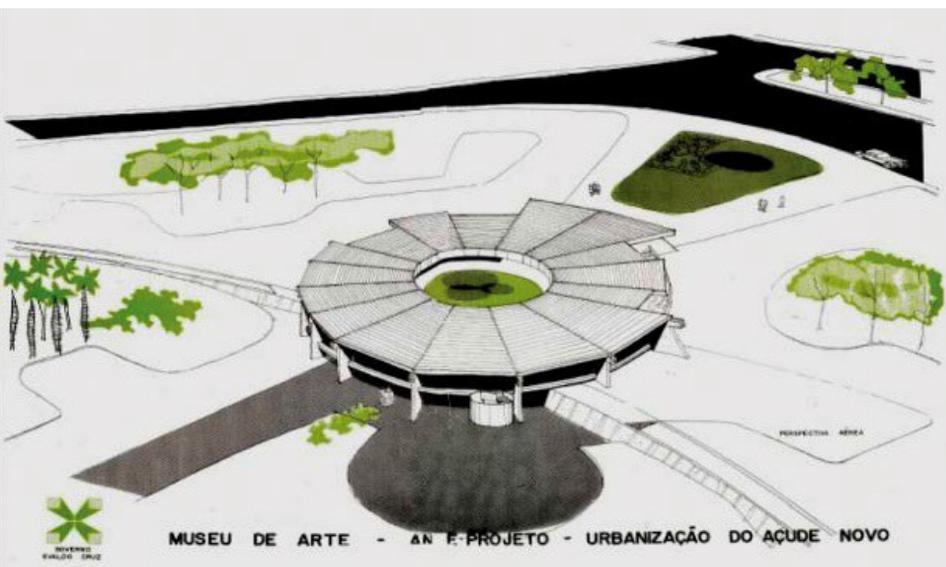


O Cruzeiro : Revista (RJ), disponível na hemeroteca digital da biblioteca nacional. 25 de novembro de 1967, pagina 103.

O artista Chico Pereira, foi o primeiro diretor do MAAC entre 1969 e 1974.

Em 1974, seu acervo foi transladado para o prédio que hoje abriga o Museu Histórico de Campina Grande, passando a ocupar, em 1976, o prédio modernista do Parque Evaldo Cruz, projetado pelo arquiteto Renato Azevedo, construído pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, no Parque Evaldo Cruz, no Açude

Novo (hoje, Secretaria de Cultura da PMCG). No entanto, por dificuldades de aclimação do acervo e segurança, voltou ao prédio do antigo GESL, então sede da Furne, em dezembro de 1997. A Furne passou a gerir suas funções que, atualmente, conta com exposição, pesquisa museológica, ação educativa-cultural, biblioteca, arquivo institucional, oficina de conservação e restauração. (III FURNE – folder, 23 p.).



Prédio idealizado pelo arquiteto Renato Azevedo que recebeu o acervo do MAAC.

Uma vez instalado no prédio do parque Evaldo Cruz, o Museu de Artes da Furne, além de não ter segurança, o acervo era ameaçado pela instabilidade climática, o que impedia de expor suas obras (Diário da Borborema, 20/08/83, p. 8).

O lançamento do catálogo geral do acervo do Museu de Arte Assis Chateaubriand foi organizado pela museóloga Cristina Gomes Negrão e financiado pelo Ministério da Cultura por meio

do Fundo Nacional de Cultura e pelo governo estadual, com dotação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. A museóloga reclassificou, com base no “Thesaurus para Acervos museológicos”, de Maria Helena S. Bianchini (Sphan/Pró-Memória, 1987), o acervo de documentos e objetos do MAAC, reunindo 351 obras brasileiras e estrangeiras do século XIX e XX (Catálogo do MAAC: Obra indispensável. A palavra – Ano V (Nº111) 10/07/1993 p.07). O MAAC voltou a ser instalado no prédio da Furne, no final de dezembro de 1997, após o tombamento do prédio pelo IPHAEP. Nessa ocasião, montou-se uma exposição de longa duração com obras da coleção enviada por Chateaubriand, pela inauguração e restauração do prédio histórico, abrindo-se ao público a primeira galeria do museu.

O acervo

Segundo Fabiana de Almeida Araújo, Coordenadora do acervo museológico do Museu de Arte Assis Chateaubriand, o acervo começou com 117 obras (Relação das obras entregues ao Senhor Reitor da Fundação Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande, Dr. Edvaldo de Souza do Ó, em 10 de agosto de 1967, por Irene Bastos da Costa e Luiz S. Hossaka, por ordem do Dr. Assis Chateaubriand), em 1967 e sua primeira instalação ocorreu no prédio que abrigara o Grupo Escolar Sólon de Lucena. Atualmente, o MAAC detém sob sua guarda um acervo constituído por cerca de 566 obras tombadas (Depoimento ao autor, em 8 de maio de 2024).

A sua primeira instalação ocorreu no prédio que abrigara o Grupo Escolar Sólon de Lucena. O museu tornou-se o porta-voz da arte local com a nacional, através de doações e compras. Entre os doadores estão o escritor Jorge Amado, o Banco Central do Brasil,

a Associação Internacional de Artistas Plásticos, e a Universidade mexicana de Guadalajara. Esse acervo é fonte de informação para o estudo da arte brasileira, de significação regional e nacional, e utilizado em exposições no MAAC e fora dele, em estudos de pesquisadores e estudantes da região e de outras localidades”. (Museu de Arte Assis Chateaubriand. Disponível em <http://www.fundacaoFURNE.org.br/index.php/a-FURNE/maac>).

O acervo vai do século XIX e início do XX e representa a linguagem visual da arte de diferentes momentos e artistas do movimento artístico, como o academismo neoclássico, a nova vanguarda dos anos 60 – e de artistas estrangeiros. O acervo, da pintura acadêmica e da *Belle Époque* no Brasil, a *Art Nouveau*, e vanguardas modernistas. No acervo do MAAC, encontram-se obras importantes do academicismo de Pedro Américo de Figueiredo e Mello e Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello. Da Belle Époque Brasileira, temos obras representativas de autoria de Eliseu Visconti, Antônio Parreiras e Rodolfo Amoedo. Da Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada em 1922, algumas obras modernistas fazem parte do acervo, como Eliseu Visconti, Anita Malfatti e Vicente do Rego Monteiro, Di Cavalcanti, Cândido Portinari, Antônio Gomide, Ismael Néri, Oswald de Andrade Filho, Murillo La Greca, Diógenes Campos Ayres, Mário Nunes Tomás Santa Rosa e Dimitri Ismailovitch.

Quadros da metade do século XX, dos anos 50, 60 e 70 se encontram no MAAC, como as de Tomie Ohtake, Manabu Mabe, Marcelo Grassmann, Rubens Gerchman Jacob Zekveld, Yannis Gaitis, Clóvis Graciano, Alfredo Volpi, Juan Genovês, Mhulum Pyrapheres e Pedro Escosteguy.

Destacam-se, ainda, obras de artistas paraibanos como Antônio Dias, Raul Córdula Filho, Flávio Tavares e Chico Pereira. A Arte Naif está representada por obras artísticas naifs

ou primitivistas, crônicas visuais de captação do cotidiano e de temáticas regionalistas, com representações do patrimônio cultural imaterial, sabores, saberes e celebrações, como festas populares, folguêdos, danças, ofícios e atividades econômicas tanto em contextos rurais e como urbanos. O MAAC possui obras relevantes dos artistas Chico da Silva, Antonio da Silva, Adelson Prado e Manoel Araújo e dos artistas paraibanos, Irene Medeiros, Miguel Guilherme, José Lucena, e Alexandre Filho.



Museu de Arte Assis Chateaubriand. Galeria construída onde antes eram salas de aulas do Grupo Escolar Sólton de Lucena. Disponível em [http:// www.fundacaopfurne.org.br/index.php/a-FURNE/maac](http://www.fundacaopfurne.org.br/index.php/a-FURNE/maac)



Por seu detalhe arquitetônico, as colunas em concreto, vê-se que esse terraço não é o original, principalmente o piso, tendo, provavelmente, sido modificado na reforma de 1997. Museu de Arte Assis Chateaubriand. Disponível em <http://www.fundacaoFURNE.org.br/index.php/a-FURNE/maac>

Além da área construída do prédio do grupo escolar, foi mantida até os anos 1960, uma área livre, o antigo recreio, onde, hoje, é o imóvel da administração da FURNE, correspondendo aos fundos e a uma área livre em sua lateral direita, como se vê da planta apresentada pela arquiteta Ana Gomes Negrão. Trata-se de uma área quase em forma de triângulo escaleno, pois se junta, ainda, a área retangular da lateral direita do prédio, que a museóloga

Maria Cristina de Freitas Gomes (2010) cita essa planta baixa (NEGRÃO, 2008, apud SILVA, 2017, p.88)

Nessa área, a Furne construiu, em 1994, um imóvel moderno, simples, para sua administração, em 1994, em dois pavimentos, constando de 434,00m². Segundo dados da museóloga Maria Cristina de Freitas Gomes (2010, p.8), juntando essa área com a do imóvel do Grupo Escolar, o prédio agora centenário, de 648,00m², teremos uma área de 1.082,00m², restando livre 123,00 m², que correspondem à parte lateral leste do edifício, transformado em jardim.

Aprofundando um pouco a arquitetura desse prédio, tombado como patrimônio histórico em 23 de dezembro de 1997, pelo IPHAEP, foi feita uma nova leitura, em 2008, por Maria Cristina de Freitas Gomes, a partir de Negrão (2008, *apud* SILVA, p.80), embora sem destoar do parecer do arquiteto Ivan Cavalcanti (1997). Acrescentamos apenas que as colunas são toscanas e que nas fachadas laterais, janelas semelhantes às do vestíbulo se repetem, na ala esquerda/rua Maciel Pinheiro, numa série de nove janelas, e uma destacada (a da sala do diretor, provavelmente) mas não se repetem na ala direita/área de recreio dos alunos, já que no jogo das nove janelas três delas foram trocadas por portas. Uma balaustrada aparece na lateral esquerda do edifício, sobre o muro (que não sabemos se é original). No geral, o edifício, imitando o estilo neoclássico de sobriedade e rigor formal é mesclado com elementos decorativos ecléticos que aparecem, sobretudo, na ornamentação das janelas, tanto laterais, como nos falsos peitoris de inspiração *art nouveau* ou neoplasticismo. O ecletismo incorporou o gesso ou argamassa como decoração em enfeites acima da platibanda e no frontão, e floreios circulares (o que antes seriam “gregas”, como na decoração do Ginásio Pernambucano – legítimo neoclássico brasileiro, em nosso parco entendimento – JCM) (Museu de Arte Assis Chateaubriand, 2008, p.01).



Fachada lateral direita do prédio em que as nove janelas estavam reduzidas a 6, com a criação, original, de 3 portas que dão para a área de recreio. Foto do autor.

O prédio, em si, passou internamente por algumas adaptações, o que deduzimos a partir das instituições que lá foram se instalando. Por exemplo, o piso das antigas salas de aulas da ala esquerda, hoje conectadas como uma só galeria, com pórticos em arco romano nas paredes, antes, divisórias, deixa revelar em seus pisos, como se nota nas fotos da reforma para o tombamento. Em fotos do projeto de tombamento (nos arquivos do IPHAEP),

observam-se operários abrindo estas passagens, bem como o forro de madeira envernizada. Também pode ser observado que marcas de tijoleira sobre o piso em ladrilhos escondiam divisórias, como ocorreu quando a FURNE, como administradora dos recursos mesmo da UEPB, se instalara na última sala do corredor da direita de quem entra ao prédio; manchas de divisórias estas que também escondiam armações de paredes.



O imóvel serviu de sede para pelo menos seis instituições diferentes, mas sempre ligadas à educação e à cultura. Algumas destas eram modestas e ocupavam poucas salas, dividindo espaço com outra de igual porte, como no caso, a Escola Politécnica e a FUNDACT; ou como a administração da FURNE, na década de 1990, com a reitoria da UEPB, até a época em que aquela administrava financeiramente a esta, ocupando a fundação apenas um salão/sala de aula, dividida internamente. No estudo de fotos para o processo de tombamento há uma que demonstra como

o prédio sofreu algumas intervenções (in)discretas: um pedreiro repõe mosaicos sobre uma estreita faixa equivalente a dois mosaicos novos (reproduzidos, idênticos) justapostos, deixando à vista o piso (original?) em que aparece uma estrutura de ferro e arame (sapata?), denotando uma base de parede que fora, ali, erguida, como divisória na sala.

Na reforma para tombamento, aparece ainda um “puxadinho” (do qual, em foto, só consta o telhado, que chega a invadir cerca de meio metro, colado à parede original do GESL) aos fundos do “U”. Tal construção improvisada ocupava parte da área, aos fundos, e talvez servisse, quando reitoria da URNE, como uma sala de máquinas para xerox. Esse lugar, desde o início da escola primária, serviu de pátio improvisado para recreio da garotada e aulas de educação física. Hoje, removido, reserva um digno espaço do imóvel original separando esse do novo prédio da FURNE. Por outro lado, na atual área livre no lado direito do prédio histórico, afastado alguns metros, há uma pequena construção “fake”, que foge ao traçado do prédio, mas de edificação claramente identificada como não parte do original, com decoração em argamassa.



Foto do autor, em 22/04/2024.

Outra modificação na estrutura original, supomos que foi o acréscimo do alpendre em forma de U, tanto como proteção às paredes e portas, como reforço estético e até de aguada para o jardim estilizado, provavelmente construído com a ocupação do prédio pela reitoria da UEPB. Em depoimento a esse autor, pela ex-aluna do GESL, do ano de 1947, tal alpendrada não existia (ou não se recorda bem! Declarou). Nota-se que o telhado está apoiado na parede interna do prédio que dá para o pátio, e por colunas de concreto, o que destoa dos elementos básicos da época da fundação do imóvel. Provavelmente tratava-se de uma cobertura para outro prédio, pois, ao mesmo tempo, tal cobertura protegia uma pequena escadaria de quatro degraus, ornada essa com uma balaustrada de igual número de pequenas colunas ricamente bem trabalhada que dava prosseguimento, de um lado e de outro, à colunata que servia de divisória do prédio com a antiga área de recreio e aulas de educação física. Outra réplica dessa pequena escadaria reside como entrada para a área livre do lado direito do prédio, que, no tempo da reitoria da UEPB, serviu também de estacionamento. A colunata que cobre o muro frontal, que dá para a Avenida Floriano Peixoto, é original, mas, indagamos, se aos tempos de serventia da área como estacionamento, possuía ou não tal dispositivo ou foi acrescida (como *fake* – em termos museológico, *please!*). O mesmo ocorre aos fundos, e em um pequeno trecho na lateral esquerda, que tem hoje (foi) acrescida a mesma réplica da colunata sobre o muro que separa o edifício da rua Maciel Pinheiro. Há fotos em livros, onde se mostra que a pequena escada, aos fundos, não possuía colunata. Teria sido construção *fake*?

Um jogo de três grupos de três janelas, e uma isolada (a da sala do diretor?), de cada lado do prédio, formam uma fachada harmoniosa de 10 janelas, pelo lado esquerdo e que não se repete no lado direito. As janelas são encimadas com um triângulo em

argamassa e adornadas lateralmente e abaixo do parapeito, com detalhes em *art nouveau*; traz, ainda, na madeira das janelas o detalhe do óculos em caixilho.



Foto: interior do prédio da reitoria da Universidade Regional do Nordeste, sem a colonata na escadinha e sem o jardim. Edvaldo de Sousa do Ó, vol. II, 1994, p. 100.

Essa beleza e simetria plástica acompanha a lateralidade do prédio que faz limites com a rua Maciel Pinheiro. Quanto à fachada oeste, área livre de outra edificação, o arquiteto projetou as mesmas 10 aberturas no pano, mas transformando a janela intermediária de cada grupo de três, em uma porta, o que aumentava a iluminação e o arejamento do prédio. Acima de cada janela aberturas destas, o arquiteto lançou mão de uma decoração em argamassa ou gesso, acima da platibanda, como se fizesse uma composição com a decoração sobre os cunhais.

POR UMA MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR SÓLON DE LUCENA

Durante a abertura das comemorações desse Centenário, no dia 6 de outubro de 2023, nos jardins do prédio, encontramos duas ex-alunas do Grupo Escolar Sólon de Lucena, da década de 1940/1950, que resolveram expor suas memórias: a professora universitária, Cleonice Agra do Ó e a ativista cultural, Eneida Agra Maracajá, esta, por pouco tempo. Por indicação da primeira, ficamos sabendo da existência de outras ex-alunas ex-alunos, a quem, no futuro, buscaremos entrevistar.

A professora Cleonice Agra estudou oito anos nesse educandário e de lá saiu para fazer o Admissão ao Ginásio, indo estudar no recém-inaugurado Colégio da Prata. Essa mestra nos indicou outras pessoas que estudaram lá: Marisa Guedes Nobre e Estelita, bem como a irmã de Cleonice Agra, Creusolita de Almeida Cavalcanti, e a irmã do cantor Biliu de Campina, senhora Maria do Socorro.

Segundo a professora Cleonice Agra, estudante àquele tempo do primário (1947), não havia essa proteção em frente às portas das salas de aulas. Deduz-se que o telhado terminava numa platibanda seguindo todo o formato interno do prédio. A área ao fundo do “U” que servia para educação física e recreio, e onde ficavam os banheiros de alunos e alunas, era fechada por um muro, e havia uma pequena construção, como um quartinho, onde uma senhora já idosa, “Dona Toíinha”, vendia “puxa”, o lanche da garotada, feito à base de rapadura. A água da cisterna, que ficava ao fim do jardim, era de chuva e havia um servidor que tirava essa água para as crianças e os professores beberem, já que a cidade não possuía um sistema regular de abastecimento.

A professora Cleonice Agra, em depoimento informal, no prédio da FURNE, quando da abertura das solenidades desse

Centenário do prédio, também nos falou da paixão cívica da professora Apolônia Amorim que, no aniversário da morte de João Pessoa, levava alunas e alunos com flores até sua estátua, antes instalada no cruzamento das ruas João Pessoa e Marquês de Herval com a Sete de Setembro. Há registros nos cronistas sobre o monumento adquirido por subscrição popular e pelo município, e inaugurado no aniversário da morte do político, o 26 de julho; Lino Gomes da Silva Filho, em 1931 e em 1937 (p.146 e 157), e Epaminondas Câmara, em 1931, quando da inauguração da estátua de João Pessoa, na Praça do Algodão, (p.158, 159).

A diretora, em 1947 e 48 era Dona Amália Lemos de Holanda Leira. Havia também aulas noturnas, segundo a depoente, pois o rapaz Aderaldo Moraes, hoje protético, e seu cunhado, estudou com Dona Laura Xavier.

Em tempos mais adiante, duas pessoas egressas do GESL, em depoimento a esse autor, relataram uma das sociabilidades (negativas), se é que assim se pode denominar bullying, deveu-se à invenção de um acróstico com a sigla GSL que, segundo duas depoentes, era dirigido principalmente às meninas do Sólon de Lucena. O monograma GSL era transformado em “gata safada ladrona” e, por gata, se entendia mulher do baixo meretrício. Uma das depoentes disse que, quando criança teve que trocar de escola por não aguentar o bullying.

A ativista cultural, Eneida Agra Maracajá nos relatou que chegou a estudar apenas três meses no GE Sólon de Lucena, sob a direção do velho José Loureiro (pai do advogado José Loureiro). Em 1947, Cleonice Agra do Ó e a irmã Creusolita de Almeida Cavalcanti, começaram a estudar nesse Grupo, até 1953, quando a diretora era Anália Lemos de Holanda Leiros.

Em 2014, uma ex-aluna do Sólon de Lucena, dona Teresinha Gomes de Oliveira, então com 82 anos, deu depoimento ao

jornalista Rostand de Albuquerque Melo, para o suplemento do Jornal da Paraíba, “Campina Grande, 150 anos à frente”, em comemoração ao Sesquicentenário da cidade. Foi aluna do GE Sólon de Lucena entre 1938 e 1941. Fala da rigidez de disciplina pelos professores e que não existia mais palmatória; da elevada qualidade de ensino. Os alunos e alunas formavam no pátio e cantavam o Hino Nacional; depois o diretor chamava turma por turma para entrar em suas salas. A escola já era mista, mas não o recreio, ficando as meninas com o pátio no fim do prédio, que dá para a rua Afonso Campos, e os meninos na área lateral do prédio (MELO, Suplemento do Jornal da Paraíba, nº 5, 31/08/2014, p.4).

Como registro, lembro que a professora e acadêmica Leônia Leão me confessou, em depoimento para um esboço de sua biografia, que fora professora do Sólon de Lucena.

A FURNE em sua nova missão espera novas colaborações de pesquisas e depoimentos.

Fontes e Referências

AGRA, Giscard Farias. Modernidade aos goles. A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904–1935. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979.

AMORIM, Léa. Recortes da Modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição de patrimônio histórico. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Secretaria Municipal de Educação, 2000, p. 140–167.

ANNUARIO de Campina Grande para 1926. (Org. João Mendes [de Sousa]). Recife: Oficina Gráfica Jornal do Commercio, 1925.

CABRAL Filho, Severino. *A Cidade Revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de Publicidade (Governo do Estado da Paraíba), 1947.

CARVALHO, Juliano I.C.M.de; QUEIROZ, Marcus Vinícius de; TENIM, Nelci. Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande – 1907–1935. In: *Arquitextos* 083, texto especial 413, abril de 2007. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp413.asp>.

COLETÂNEA DE AUTORES CAMPINENSES. Comissão Cultural do Município. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1964.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. 1993 (2 Vols.).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE. (Campina Grande) [1969]. (s/ed.).

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. *Imagens Literárias da Educação em Campina Grande (1907–1957)*. *Revista Alpharrabio*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/345253191/Imagens-Literarias-Da-Educacao-Em-Campina-Grande-1907-1957-Bruno-Gaudencio-Revista-Alpharrab#>. *Imagens Literárias Da Educação Em Campina Grande (1907–1957)*. Bruno Gaudencio – *Revista Alpharrab*. <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios> – UEPB.

(GOMES, Maria Cristina de Freitas). *Projeto Melhorias no Funcionamento das Atividades do Museu de Arte Assis Chateaubriand de Campina Grande: Preservação, Pesquisa e Comunicação*. Chamada Pública de Seleção para Apoio a Projetos de Preservação de Acervos, BNDES, 2010.

GOVERNO DO ESTADO. Universidade Estadual da Paraíba. Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto. UEPB: A Reforma Necessária. (S/l;s/ed), 1997.

Informativo Mensal da Fundação Universidade Regional do Nordeste e da Universidade Regional do Nordeste. Ano – I. n° 2. Campina Grande – Paraíba – maio de 1976.

Informativo Mensal da Fundação Universidade Regional do Nordeste e da Universidade Regional do Nordeste. Ano – I. n° 7. Campina Grande – Paraíba – outubro de 1976.

IPHAEP. Processo 0084/1997 Solicitando cadastramento/ou tombamento do Museu de Arte Assis Chateaubriand, localizado na Avenida Floriano Peixoto, 718. Campina Grande. João Pessoa, 24 de novembro de 1997, fls.39/40.

LEMOS, Carlos A C. O que é Arquitetura. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos, 3ª edição).

LIMA. Rômulo de Araújo. A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LOPES, Stênio. Panorama Educacional de Campina Grande. Revista Campinense de Cultura, Ano II, Nº 3, março de 1965. Comissão Cultural do Município. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1965, p.49–57.

MARIZ, Celso. Cidade e Homens. João Pessoa: CEJUS (edição fac-similar), 2019.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Campina Grande: cenários de sedução. In: DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson (Org.) Cidade e Região: múltiplas histórias. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 67–84.

MELLO, José Octávio de Arruda. Os Italianos na Paraíba - da capital ao interior. João Pessoa: A União, 2006.

(MELLO) OCTÁVIO, José e SANTOS PEREIRA, Ana Maria Gonsalves dos (Org.). José Lopes de Andrade. Uma Militância na Imprensa. (João Pessoa): CNPq/Bolsa de Mercadorias da Paraíba, 1984.

(MELO) CAMILO. Josemir. Campina na Revista O Cruzeiro (I e II). Disponível em http://paraibaonline.com.br/index.php/colunistas_inc/21/18 . Acesso 23/06/2012.

MELO, Josemir Camilo de. Williams de Sousa Arruda: política e educação na criação da FURNE. Campina Grande–PB, Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

_____. O Trem e o Crescimento de Campina Grande. In: OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (Orgs.). Memórias da Modernidade Campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça. Campina Grande– PB. Editora Agenda, 2007, p. 17–30.

MELO, Josemir Camilo; MELO, Jussara Natália Moreira Bélens de. Tempo e Silenciamento: Apolônia Amorim e a Escola Nova na Paraíba. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2010, São Luís-MA. Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Luís: EDUFMA, 2010.

MELO, Luiz Gonzaga. Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba (1966-1991). Campina Grande: 1992.

_____. Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba (1966-2003). 2ª ed. Campina Grande editora, 2003.

MELO, Rostand de Albuquerque. Solon de Lucena, o primeiro grupo escolar de Campina. Campina Grande, 150 anos à frente. Suplemento do Jornal da Paraíba, nº 5, 31/08/2014, p.4.

MUSEU DE ARTE ASSIS CHATEAUBRIAND. Arte Brasileira: do século XIX academismo, moderno e anos 60. Coleção Assis Chateaubriand. Folheto. Campina Grande Paraíba, 2008.

Ó, Edvaldo de Souza do. História da Universidade Regional do Nordeste. (3 vols). Campina Grande: Grafset, 1986.

_____. História da Universidade Regional do Nordeste. (3 vols.). Campina Grande: Grafset, 1994. Vol. II.

OLIVEIRA, Maria José Silva. Emblemas da Modernidade Campinense. In: GURJÃO, Eliete de Queiróz (Org.). Imagens

Multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande, Secretaria Municipal de Educação, 2000, pp. 168–178.

PAIVA, Bruna Maria Morais de. Escolarização na primeira república: organização e funcionamento do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916–1931). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PIMENTEL, Cristino. Abrindo o Livro do Passado. Campina Grande: Editora Teone, 1956.

_____. Pedacos da História de Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

_____. Mais um mergulho na História Campinense. Campina Grande: Edições Caravela, 2001.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos escolares na Paraíba. Campinas-SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930–1950). Campina Grande: EDUFPG, 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 (9ª edição).

RESGATANDO a Memória de Edvaldo do Ó. Fundação Edvaldo do Ó: (Sólón de Lucena, s/d).

RIBEIRO, Hortênsio. *Vultos e Fatos*. Campina Grande, Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

SILVA, Vivia de Melo. Grupo Escolar Sólón de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande– PB. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

_____. Grupo Escolar Sólón de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande– PB. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. Síntese Histórica de Campina Grande, 1670–1963. João Pessoa: Editora Grafset, 2005.

SOUSA, Alberto. O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha, 2000.

SOUSA, Fabio Gutemberg R.B. de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: Ó, Alarcon Agra do et ali. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, p.133–184.

TARGINO, Itapuan Bôtto. Lopes de Andrade – memórias. João Pessoa: Ideia, 2021.

_____. Patrimônio Histórico da Paraíba, 2000–2002. João Pessoa, Idéia, 2003.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE. Discurso pronunciado pelo prefeito Williams Arruda, na instalação da Fundação Universidade Regional do Nordeste, em 30/04/1966. (Folheto, 8p. sem numeração, e impressão só na página ímpar).

VASCONCELLOS, João. Nossa Instrução Pública e Particular. In: Anuario de Campina Grande de 1925. (Org. João Mendes [de Sousa]). Recife: Oficina Gráfica Jornal do Commercio, 1925, p.47–54.

VIEIRA, Cícero Agostinho. A Universidade Regional do Nordeste e a comunidade campinense: a URNe como resultante da política comunitária de Campina Grande na luta por uma posição hegemônica no contexto sócio–econômico e cultural da Paraíba – 1966 a 1976. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação, Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas: 1979.

VILLAR, Euclides. Almanach de Campina Grande. Campina Grande: Tyographia da Livraria Campinense, 1932

Fontes eletrônicas

URNe: Pioneirismo dos campinenses. Disponível em [http://www.uepb.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=376%3A URNe – pioneirismo–dos–campinenses&catid=37&Itemid=53](http://www.uepb.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=376%3A%20URNe%20-%20pioneirismo-dos-campinenses&catid=37&Itemid=53). Acesso em 23/07/2012;

[http://pt.wikipedia.org/wiki/ Williams_de_Souza_Arruda](http://pt.wikipedia.org/wiki/Williams_de_Souza_Arruda);

http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/09/fotos-serie-joset-mar-pontes-do-o-03.html#.UFBr_411R3t.

http://www.auniaio.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=30338&Itemid=0. Acesso em 23/06/2012.

http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/resultado_cargo_geral_localidade.jsf. Acesso em 26/12/2012.

Apêndices

APÊNDICE I – Histórico da FURNE

1965 – Edvaldo do Ó e Lopes de Andrade entregam ao prefeito Williams de Sousa Arruda um diagnóstico do ensino superior em Campina Grande.

1966 – Mensagem nº12/66 à Câmara municipal de Campina Grande, criando a URNE (sic) integrada pelas faculdades de Filosofia, Serviço Social, Direito, Arquitetura e Urbanismo (ex-Faculdade de Arquitetura e Belas Artes), Odontologia; criação da Faculdade de Administração;

Criada a Universidade Regional do Nordeste: Lei nº 23, de 15 de março de 1966; Instalação da Fundação Universidade Regional do Nordeste, em 30/04/1966;

Registrada a “Escritura Pública de Constituição da Fundação da Universidade Regional do Nordeste” em 02/05/1966;

1967 – Aula inaugural pelo Arcebispo Dom José Maria Pires, em 6/03/67;

1966 – Lei nº 55 de 18/08/1966, criando a Faculdade de Química e a de Administração; 1967 – Lei nº 07 de 11/01/67, criando a Faculdade de Direito;

Fundação do Museu de Arte Assis Chateaubriand, em 29/9/67;

1968 – A URNE é reconhecida de utilidade pública pelo decreto federal nº 62.973 de 10/07/1968;

1969 – Cassação do reitor Edvaldo do Ó pela Interventoria Militar que assumiu a Prefeitura de Campina Grande;

1972 – Devassa na parte administrativa e financeira da URNE pela Interventoria Militar, não encontrando erros;

1972–1975 A URNE é reestruturada por centros e departamentos;

1973 – A URNE tem seu funcionamento aprovado por decreto nº 72.539 de 27/07/1973;

(1975) – Doação pela Prefeitura Municipal de Campina Grande do terreno para a construção do Campus de Bodocongó;

1976 – Inaugurado o Centro de Ciências Básicas da Saúde, em Bodocongó;

Visita dos estagiários da ADESG (Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra) à URNE;

1976–82 – A URNE incorpora pesquisa e extensão; reestruturação acadêmico–administrativo; construção do Campus de Bodocongó; obtenção do reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação.

1982 – Aprovado o Regimento interno da URNE.

1987 – Estadualização da URNE; nasce a Universidade Estadual da Paraíba.

Entre 1987 e 2007, após a estadualização da universidade, a guarda e administração do MAAC passaram para a gerência única da FURNE.

1993 – Por decisão judicial a guarda do acervo do MAAC coube à FURNE. Lançado o primeiro catálogo do MAAC, pela museóloga Cristina Gomes Negrão.

1997–2007 – Retorno do acervo do MAAC ao prédio antigo do Grupo Escolar Sólon de Lucena/ Furne e criação da galeria com exposições correntes.

2002 – Em 17 de junho, morre o benemérito da FURNE, o ex-deputado federal constituinte, Aluizio Afonso Campos, deixando parte de sua fazenda, como herança para instalação de um campus universitário e a casa para um Museu.

2007 –A Fundação Universidade Regional do Nordeste passa a ter nova missão e se chamar Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, mantendo o CNPJ.

Concluiu-se a completa instalação do MAAC no prédio da FURNE, Av. Floriano Peixoto, após restauração de forro e telhado.

Exposição itinerante “Maravilhas Mecânicas de Leonardo da Vinci”. Museu de Astronomia e Ciências Afins/ FAPESP/SBPC, Secretaria Regional Paraíba.

APÊNDICE II – Quadro de reitores da URNE / presidentes da Furne (1966–1987)

- Williams de Sousa Arruda (13/04/1966 a 08/07/66)
- Edvaldo de Souza do Ó (08/07/66 a 10/04/69)
- José Geraldo Araújo (10/04/69 a 15/05/1971)
- Antônio Lucena (15/05/1971 a 09/04/73)
- Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (09/04/73 a 19/12/75)
- Luiz José de Almeida (19/12/75 a 25/02/77)
- José Cavalcante de Figueiredo (25/02/77 a 20/03/81)
- Antônio Vital do Rêgo (20/03/81 a 12/02/82)
- Luiz Ribeiro (12/02/82 a 06/04/82)
- Sérgio Dantas Carneiro (06/04/82 a 16/11/83)
- Luiz Ribeiro (16/11/83 a 01/02/84)
- Guilherme Cavalcanti Cruz (01/02/84 a 19/07/85)
- Carlos Leôncio (19/07/85 a 19/09/85)
- Sebastião Vieira Guimarães, (19/09/85 a 30/09/88)

APÊNDICE III – DIRETORES DO MUSEU DE ARTE ASSIS CHATEAUBRIAND²

FURNE

- 1967 – Raul Córdula Filho
- 1968 – José Nogueira de Pereira

2 As informações até 2007 foram retiradas da dissertação: “A dimensão educativa do Museu de Arte Assis Chateaubriand de Campina Grande”, por Fabiana de Almeida Araújo, 2007. A partir de 2008 as informações foram localizadas nos arquivos da FURNE e MAAC. O autor agradece a cortesia de Fabiana de Almeida Araújo.

- 1969 a 1974 – Francisco Pereira da Silva Júnior
- 1974 a 1978 – José Umbelino Brasil
- 1978 a 1979 – Margarete de Araújo Asfora
- 1979 – Robério Henrique Maracajá Sebastião Moreira Duarte
- 1979 a 1980 – Sebastião Moreira Duarte
- 1980 a 1981 – Francisco Gaspar de Menezes
- 1981 – Octaviano Bezerra Júnior e Eleonora Bronzeado
- 1981 a 1984 – Eleonora Bronzeado
- 1984 a 1986 – Edvaldo de Souza do Ó

FURNE – UEPB

- 1986 a 1988 – Dagmar Nunes Ribeiro
- 1989 a 2003 – Mariene Braz Barros Cavalcante
- 2003 a 2004 – Maria Salete Vidal da Silva
- 2005 a 2007 – José Pereira da Silva (Coordenador de Arte e Cultura da UEPB)
- 2007 – Saulo Queiroz

FURNE

- 2007 a 2016 – José Ataíde da Silva (Presidente da FURNE)
- 2017 a 2018 – Silvia Regina da Mota Rocha
- 2018 a 2022 – José Ataíde da Silva (Presidente da FURNE)
- 2022 aos dias atuais – Carlos Antônio Farias de Souza (Presidente da FURNE)

ANEXOS

ANEXO I

Decreto nº. 1.317 de 30 de setembro de 1924

Crea um grupo escolar na cidade de Campina Grande.

Sólton Barbosa de Lucena, presidente do Estado da Parahyba do Norte, tendo em vista o officio sob nº1.453, de 26 de setembro expirante, que lhe foi dirigido pela directoria geral da Instrucção Publica, usando da attribuição que lhe confere o art. 36, § 1º, da constituição Estadual e na conformidade do regulamento que baixou com o decreto sob nº. 873, de 21 de dezembro de 1917.

DECRETA:

Art. 1º – Fica, desde já, creado um grupo escolar em Campina Grande, ao qual ficam incorporadas as cadeiras do ensino publico primario existentes naquella cidade, a saber: do sexo feminino, do sexo masculino e mista.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario do Estado faça publicar o presente decreto, expedindo as ordens e communicacões necessárias.

Palácio do govêrno do Estado da Parahyba do Norte, em 30 de setembro de 1924– 36º da Proclamação da Republica. (ESTADO DA PARAHYBA, 1924).

SÓLTON BARBOSA DE LUCENA

Presidente do Estado da Parahyba

(*Apud* SILVA, 2017, p.52, 53).

ANEXO II

Inauguração do MAAC



O governador João Agripino e a sra. Cecil Hime retiram a bandeira, da Paraíba que cobria o retrato do embaixador Assis Chateaubriand.

campina grande

**MUSEU DE ARTE
JÁ É
REALIDADE**

Reportagem de HÉLIO PASSOS



Como prova da gratidão de Campina Grande, inaugurou-se a 30 de setembro esta placa comemorativa nas dependências do Museu.

Foto do descerramento da bandeira da Paraíba, na inauguração do MAAC, em 30 de setembro de 1967, com placa existente, então, no adro do prédio da FURNE
Foto do autor.

ANEXO III



O cônsul do Líbano, sr. José Nonjahim, serve gentilmente as sras. Lia Saldanha de Alencar e Hilda Decoster, na Fazenda Maria da Luz, onde se ofereceu um almoço.



Lia Saldanha de Alencar, Hilda Decoster, sra. Artur Freire (anfitriã) e Helena Harley Lundgren recebem abocaxis da Maquary e da Fazenda Jean Angé (Associada).



Hilton Moto, casal Nonjahim, Helena Lundgren, João Calmon (falando) e Irany Bastos, por ocasião do jantar oferecido na residência do cônsul Nonjahim Habib.

instrumento de incentivo

centivador da evolução artística da Paraíba e fez um resumo da vida de Chateaubriand. O governador João Agripino, último orador, encareceu a atuação de Chateaubriand em todos os setores da vida brasileira.

A madrinha do Museu Pedro Américo foi a sr.^a Cecília Hime. A administração da Casa foi entregue à Fundação Universidade Regional do Nordeste, cujo presidente é o prof. Edvaldo de Sousa do O. Compareceram, ainda, ao ato inaugural, os governadores Plácido Castelo, do Ceará, e Lourival Batista, de Sergipe, o marechal Nelson de Mello, os deputados Tancredo Neves e João Calmon, o senhor Guillard Martins, drs. Raimundo de Brito, Draul Ernanny, Humberto Braga, Amr Gaudêncio, procurador Eraldo Gueiros, sr.^a Helena Lundgren e outros.

Em respeito à inauguração do novo Museu, foram oferecidos um almoço regional na Fazenda Maria da Luz, em Campina Grande, pelo seu proprietário, sr. Artur Freire, e um jantar na residência do cônsul do Líbano, sr. Nonjahim Habib, na mesma cidade.

Ministro Alcides Carneiro fala na inauguração, em nome de Chateaubriand.



Gov. João Agripino, no mesmo ato, exalta a atuação de Chateaubriand.



Foto de um dos painéis da inauguração do MAAC, em 30 de setembro de 1967, existentes no adro do prédio da FURNE Foto do autor.

ANEXO IV



Foto de um dos painéis da inauguração do MAAC, em que se vê o governador do Estado, João Agripino e a senhora Cecil Hime em frente ao quadro Perna de Pau, de Portinari, exposto na galeria. Foto do autor.

ANEXO V



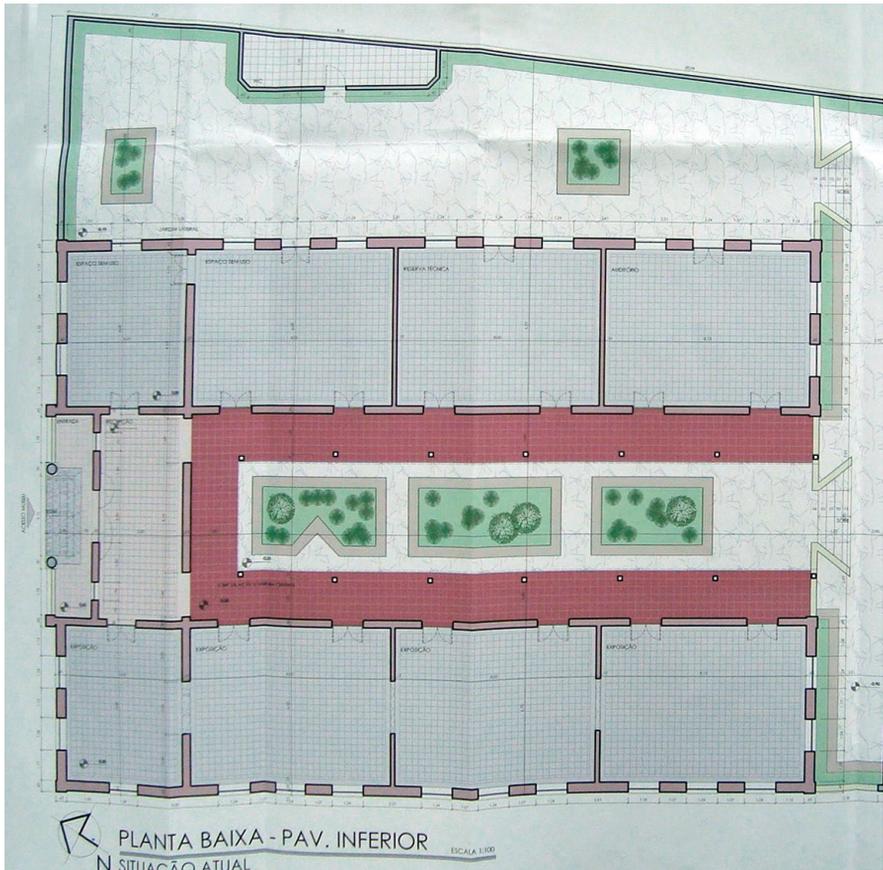
Placa comemorativa à estadualização da URNE. Foto do Autor.



Placa alusiva às obras do Projeto Melhorias no MAAC, pela museóloga Maria Cristina de Freitas Gomes, em 2016. Foto do autor.

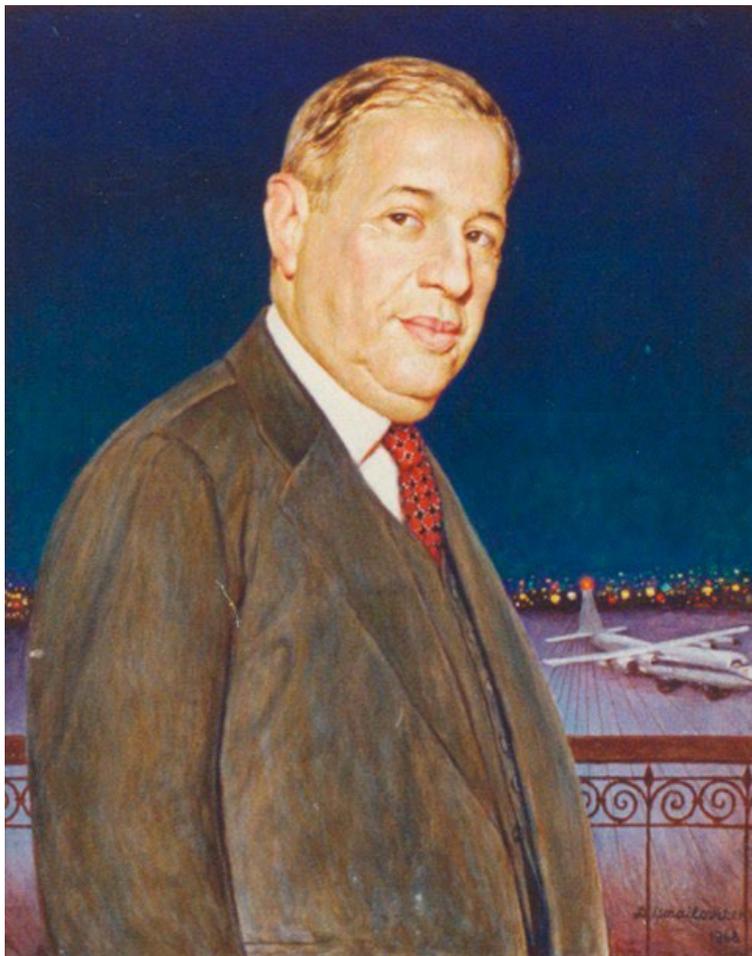
ANEXO VI

Planta baixa do prédio



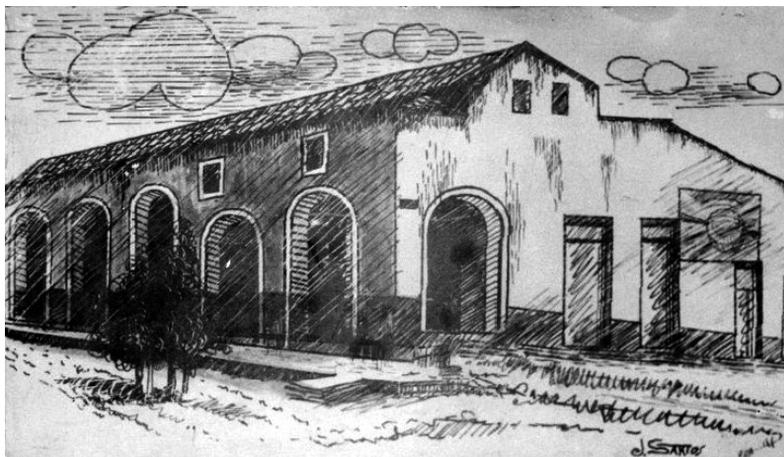
Planta baixa do edifício do GE Sólon de Lucena, por NEGRÃO, Ana Gomes (2008), *apud* SILVA, 2017, p.82.

ANEXO VII



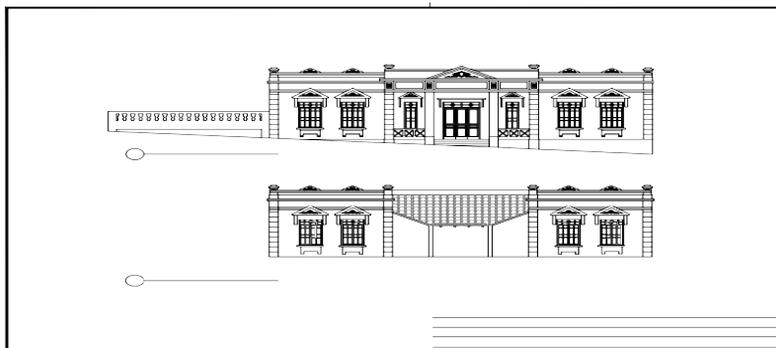
Retrato de Assis Chateaubriand, Dimitri Ismailovitch, Óleo sobre tela, Acervo do Museu de Arte Assis Chateaubriand, Doação em 1968 – Drault Ernanny

ANEXO VIII



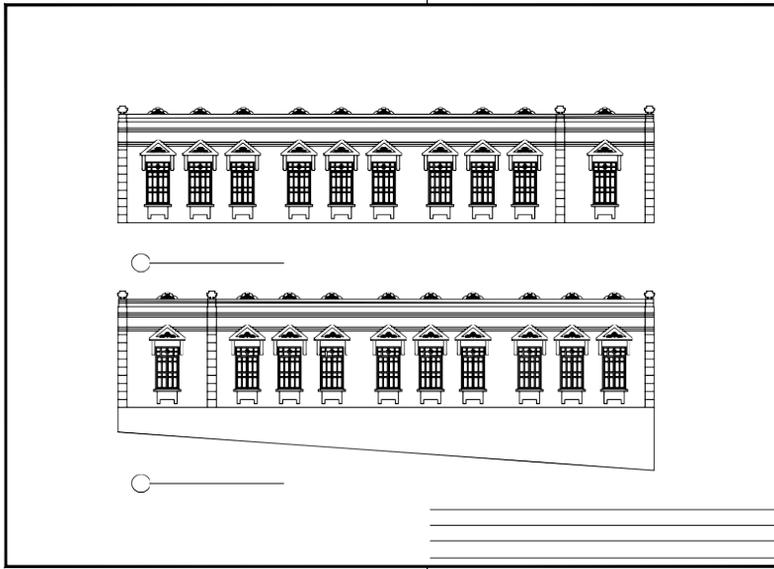
Comércio Velho, José Raimundo dos Santos, Reprodução fotográfica, Acervo do Museu de Arte Assis Chateaubriand, Doação em 1979–19929 (registro) – Família J. Santos.

ANEXO IX



MAAC FACHADAS NORTE E SUL / Cortesia dos estudantes de Arquitetura da UFCG, Gabriel Matheus da Silva, Nathalia Clianny Silva Souza e Flávia Renale Marques Silva, sob orientação do professor Marcus Vinícius Dantas de Queiroz.

ANEXO IX



MAAC FACHADAS LESTE E OESTE / Cortesia dos estudantes de Arquitetura da UFCG, Gabriel Matheus da Silva, Nathalia Clianny Silva Souza e Flávia Renale Marques Silva, sob orientação do professor Marcus Vinícius Dantas de Queiroz.

ISBN 978-65-5221-073-9



9 786552 210739

